



Assembleia Municipal de Sesimbra

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA REALIZADA NO  
DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2013**

-----Aos vinte dias do mês de dezembro de 2013, no Centro Cultural, Social e Recreativo a Voz do Alentejo na Quinta do Conde, realizou-se a sessão ordinária de dezembro da Assembleia Municipal de Sesimbra, sob a presidência da Sr.ª Joaquina Odete Martins da Graça, e secretariada pelos Srs. Carmen Dolores Mártires Marcelino Cruz e João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, Primeiro e Segundo Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1. Apreciação da Atividade Municipal; -----
- 2. Grandes Opções do Plano (PPI e AMR'S) e Orçamento 2014 – Mapa de Pessoal; -----
- 3. Fixação da Taxa Municipal de Direito de Passagem (TMDP) para o ano de 2014; -----
- 4. Regulamento Municipal de Taxas e Cedências Relativas à Administração Urbanística – Alteração; -----
- 5. Regulamento Municipal de Taxas e Licenças Municipais – Alteração; -----
- 6. Projeto da 11.ª Assembleia Municipal de Jovens / 7.º Concurso “As Cores da Cidadania”. -----

-----Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças: -----

-----Pelo Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária (CDU) - Joaquina Odete Martins da Graça, Francisco Manuel Soares Cordeiro, Nuno José Almeida Nabais Antunes, Maria Helena dos Santos Cancela Cordeiro, Rui João da Graça Rodrigues, Alain Monteiro Grenho, Carmen Dolores Mártires Marcelino Cruz, Tiago José Silva Santos Aragão, João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, Maria José da Cruz Vieira Borges; -----

-----Pelo Grupo Municipal do PS - Manuel José Cardoso Alves Pereira, Pedro Miguel dos Santos Mesquita, Nelson Carlos Simplício Pólvora, Miguel Maria Ferraz Alarcão Bastos, Manuel Barros Cardoso, Bertina Pereira João Duarte; -----

-----Pelo Grupo Municipal do PSD/CDS-PP - Joaquim José Mendes Dias e José Manuel Lobo da Silva; ----

-----Pelo Grupo Municipal do MSU - Nuno Miguel Veiga Pinto Ribeiro e João Carlos Guimarães Rodrigues;-----

-----Pelo Grupo Municipal do BE – Sandra Mestre da Cunha. -----

Ata nº 4 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Verificou-se ainda a presença, do Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Francisco Manuel Firmino de Jesus, de Francisca Maria Martins Rosa, em substituição do Presidente da Junta de freguesia da Quinta do Conde e Artur José Cunha Borges, em substituição da Presidente da Junta de freguesia de Santiago.-----

-----Verificou-se também a presença do Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra (CMS) Augusto Manuel Neto Carapinha Pólvora, da Vice-Presidente Felícia Maria Cavaleiro da Costa e dos Vereadores José Henrique Peralta Polido, Sérgio Manuel Nobre Marcelino, Américo Manuel Machado Gegaloto, Claudia Sofia Durand Cocharra Gorjão da Mata e Francisco José Pereira Luís. -----

-----Comprovada a existência de quórum, vinte e quatro presenças, a **Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a sessão eram vinte e uma horas e cinquenta e cinco minutos. -----

-----Informou que tinha solicitado a substituição, a deputada Joana Maria Braz de Oliveira Alarcão Bastos, (PS), que foi substituída pela cidadã Bertina Pereira João Duarte, a quem, por se tratar da primeira vez que estava presente na Assembleia, foi verificada a legitimidade e a respetiva identidade como eleita, declarando-a investida nas suas funções e desejando-lhe felicidades no desempenho do cargo. Também solicitou a substituição o Deputado Municipal José António Nunes Melo Guerra (BE), que foi substituído pela Deputada Sandra Mestre Cunha, a quem, também, foi verificada a legitimidade e a respetiva identidade como eleita, tendo a Presidente da Assembleia declarado investida nas suas funções de Deputada e desejando felicidades no desempenho do cargo. E ainda, a Deputado Ana Paula Gato Rodrigues, solicitou a suspensão do mandato pelo período de seis meses, que foi substituída pelo Deputado Miguel Maria Ferraz Alarcão Bastos. -----

-----Depois a **Presidente da Assembleia** cumprimentou todos os presentes na sala e em particular o Sr. Presidente do Centro Cultural, Social e Recreativo a Voz do Alentejo na Quinta do Conde, Sr. João Favinha, agradecendo-lhe a cedência das instalações para a presente sessão, assim como a saudação que lhes foi feita através do Grupo Coral com a apresentação de algumas canções de Natal, que tinha sido de facto um verdadeiro cartão-de-visita em época de Natal. Depois desejou aos corpos diretivos daquela coletividade as maiores felicidades para todas as atividades que ali se realizavam. -----

-----A seguir descreveu como funciona uma Assembleia Municipal, indicando que existem 3 períodos. --

Ata nº 4 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----O “Período Antes da Ordem do Dia”, onde são apresentadas moções, saudações, recomendações, votos, documentos que previamente são conhecidos por todos os deputados e depois deliberados na sessão. Seguido do “Período de Intervenção Aberto aos Cidadãos”, e para que isso acontecesse, tinham uma funcionária da assembleia, a Elsa Polido, que acolhia o interesse dos cidadãos através da inscrição de um impresso, onde apenas davam a indicação da identidade e de uma forma muito genérica o assunto que queriam abordar. Por fim, o “Período da Ordem de Trabalhos”, que na presente sessão era extensa e correspondia a alguns documentos importantes para o Município, nomeadamente as Grandes Opções do Plano para 2014, que em linguagem mais simples era o Plano de Atividades. -----

-----Informou que era intenção da Assembleia procurarem realizar reuniões da Assembleia Municipal em espaços que não fossem apenas o Auditório Conde de Ferreira, que designaram por reuniões descentralizadas. Ao longo dos vários anos já tinham realizado várias, portanto não se tratava de uma inovação mas de facto de retomar esse hábito de descentralizar reuniões da Assembleia, uma forma de estar mais perto das populações, de terem uma interação com o movimento associativo, com as associações e de conhecê-las um pouco melhor. Portanto a presente reunião era uma reunião descentralizada para poderem estar mais perto da freguesia da Quinta do Conde. Naturalmente que a próxima reunião ocorreria noutra freguesia e pretendiam neste mandato realizar reuniões descentralizadas nas três freguesias do concelho. -----

-----Depois a **Presidente da Assembleia** chamou a atenção dos deputados para a necessidade de se dividir a Ordem de Trabalhos devido à sua extensão, assim como alterar a sua ordem de apreciação, já com prévio conhecimento da Comissão de Líderes. Portanto atendendo à importância dos documentos, o ponto 1. Apreciação da Atividade Municipal e o ponto 6. Projeto da 11.ª Assembleia Municipal de Jovens/ 7.º Concurso “As Cores da Cidadania seria transferido para a 2ª reunião da presente sessão. -----

-----Desta forma, foi colocada à votação a proposta de alteração da Comissão de Líderes, tendo a **Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade**, que a “Apreciação da Atividade Municipal” e o “Projeto da 11ª. Assembleia Municipal de Jovens” fossem transferidos para a 2.ª reunião, a realizar no dia 10 de janeiro de 2014, no Auditório Conde de Ferreira, com início às 21h30, ficando a ordem de trabalhos da presente sessão a seguinte: -----

Ata nº 4 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----1. Grandes Opções do Plano (PPI e AMR'S) e Orçamento 2014 – Mapa de Pessoal; -----  
-----2. Fixação da Taxa Municipal de Direito de Passagem (TMDP) para o ano de 2014; -----  
-----4. Regulamento Municipal de Taxas e Cedências Relativas à Administração Urbanística – Alteração;  
-----5. Regulamento Municipal de Taxas e Licenças Municipais – Alteração. -----  
-----Seguidamente a **Presidente** informou que por solicitação da Câmara Municipal, havia 3 assuntos para integrar na Ordem de Trabalhos de dia 10 de janeiro.-----  
----- A contratação de um empréstimo de curto prazo até ao montante de 1,5 milhões de euros, na modalidade de conta corrente;-----  
----- Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia do Concelho - Acordos de execução; -----  
----- Delegação de Competências nas Juntas de freguesia do Concelho - Contratos Interadministrativos.  
-----Depois passou à votação da integração destes 3 pontos, na ordem de trabalhos da reunião de 10 de janeiro, **tendo sido aprovado por unanimidade.** -----  
-----Informou que nas sessões em que se debate as Grandes Opções do Pano, a Comissão de Líderes tem a opção de decidir se deve ocorrer, ou não, o “Período de Antes da Ordem do Dia - PAOD”. Esta opção foi tomada pela Comissão de Líderes no sentido de na presente sessão não haver “PAOD” e passarem de imediato à Ordem de Trabalhos. Contudo por razões excecionais, e infelizmente por essas mesmas razões, consideraram que deviam ser introduzidos dois documentos, mais concretamente dois Votos de Pesar. Um dedicado ao trágico acidente dos jovens universitários na Aldeia do Meco e outro dedicado ao falecimento de Nelson Mandela. -----  
-----Depois passou de imediato à leitura do **Voto de Pesar:** -----  
-----“**Trágico acidente – Aldeia do Meco – Jovens Universitários**” -----  
----- *“Na manhã do último domingo, dia 15 de dezembro, fomos surpreendidos pelo trágico acidente ocorrido na Praia do Meco que durante a noite ceifou a vida a 6 jovens estudantes universitários.*-----  
-----*O nosso mar é simultaneamente um longo horizonte de contemplação, porque ele é diferente e nos faz sonhar, mas sem esperarmos, ele é também traiçoeiro ao prazer do nosso olhar.* -----  
-----*Acreditamos que este momento também terá sido vivido por estes jovens que escolheram a beira-mar da praia do Meco para um fim-de-semana de trabalho e encontro.*-----

Ata nº 4 – Mandato 2013-2017

Assunto: Ata de reunião Assembleia Municipal de Sesimbra

AMS-16/00

Página 4 de 49





## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Escolheram o concelho de Sesimbra para partilharem o seu espírito universitário e em simultâneo procurar no espírito de grupo a reflexão a sonhar com o futuro. -----

-----Mas uma onda roubou-lhes o sonho, a esperança, a juventude que tinham no seu coletivo, um horizonte para um futuro diferente e cooperar na construção dum país novo. -----

-----São momentos de uma tristeza impossível de avaliar e de compreender, por isso dar um abraço de solidariedade, principalmente aos seus pais e familiares será sempre um gesto meramente simbólico que desejamos manifestar. -----

-----Aos amigos, colegas, professores e até à Universidade fica-lhes sempre um vazio pela perda do companheirismo e da amizade que estes amigos, colegas e alunos deixaram no seu convívio estudantil. ----

-----A assembleia municipal reunida a 20 de Dezembro de 2013, delibera manifestar junto dos pais, familiares, amigos, colegas e professores um significativo voto de pesar pela perda destes jovens. -----

-----Dar conhecimento: Familiares dos jovens, Universidade Lusófona, Câmara Municipal de Sesimbra e Juntas de Freguesia do Concelho”.-----

-----Depois deu a palavra ao **Deputado Manuel José Pereira** que fez a leitura do **Voto de Pesar:** -----

-----“**NELSON MANDELA**” -----

-----“Recentemente o mundo perdeu o homem que todos reconhecem como o símbolo que marcou o século XX, através do seu exemplo de inteligência, humanismo, capacidade governativa mas sobretudo pela determinação como soube sempre defender e afirmar os seus conceitos de liberdade e democracia.-----

-----A sua vida marcou uma página da história dos direitos humanos e só um grande homem que ... viveu 10 mil dias numa cela tão pequena que nem conseguia abrir os braços..., soube saudar o mundo com palavras de grande valor humano e gestos de generosidade. -----

-----A abolição da discriminação, a luta pela igualdade, a defesa da democracia foram conquistas fundamentais para a libertação do povo da África do Sul. -----

-----Este povo africano reconheceu em Nelson Mandela o seu líder político e também foi reconhecido pelos responsáveis políticos do mundo inteiro que ao prestarem a sua modesta homenagem souberam sempre enaltecer o homem que marcou a história da África do Sul mas sobretudo a luta contra o apartheid. -----

-----A assembleia municipal de Sesimbra delibera prestar a sua singela homenagem através dum voto

Ata nº 4 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*de pesar que deseja apresentar aos seus familiares e amigos e Governo Sul-africano.* -----

-----*Dar conhecimento:*-----

-----*Presidente da República, Primeiro-ministro, Presidente da Assembleia da República, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Embaixada da África do Sul, Área Metropolitana de Lisboa, Câmara Municipal de Sesimbra, Juntas de Freguesia do Concelho e Comunicação Social*”-----

-----Após leitura dos dois documentos, foi guardado um minuto de silêncio.-----

-----Depois a **Presidente da Assembleia** passou ao **“Período de Intervenção Aberto Aos Cidadãos”**.

-----Neste período interveio o cidadão **Anibal Conceição**, da freguesia da Quinta do Conde, que fez a seguinte intervenção:-----

-----*“Boa noite. Sou Aníbal da Conceição e o assunto é sobre a entrada da Escola do Conde 2, na Rua do Partido Comunista, onde existe uma lomba. Este inverno quando choveu muito fui levar o meu neto à escola e deparei-me com uma grande concentração de água. Os carros quando descem a lomba ao passarem pelas crianças e pelas pessoas que lá passam, deixa-os todos encharcados. Há uma pessoa da Câmara Municipal, que um Senhor foi chamar para ver o que ali se passava, que prometeu que iriam fazer uma sargeta para aquela água desaparece. Há quinze dias atrás ainda não estava feita a sargeta, neste momento não sei! Era só isto que eu queria dizer, obrigado*”-----

-----A **Presidente da Assembleia** questionou o **Presidente da Câmara** se queria dar algum esclarecimento ao munícipe, tendo o Presidente solicitado ao Vereador Sérgio Marcelino que esclarecesse o munícipe.-----

-----O **Vereador Sérgio Marcelino** disse que de facto o problema intensifica-se quando há chuvadas intensas e cria um grande aglomerado de água no sentido nascente/poente, devido à existência da lomba há uma grande concentração de água. Há lateralmente umas pequenas fendas para a água passar mas devido às folhagens acaba por tal não acontecer.-----

-----Informou que estão previstos quatro sumidores, de um lado e de outro, de forma a dar resposta a toda aquela concentração de água. Deveriam estar realmente feitos, pois estavam no planeamento para serem feitas durante o mês de dezembro, mas se ainda não estavam feitos, brevemente seriam.-----

-----Não havendo mais munícipes inscritos, a **Presidente da Assembleia Municipal** passou ao ponto 1.

Ata nº 4 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

### **Grandes Opções do Plano (PPI e AMR'S) e Orçamento 2014 – Mapa de Pessoal.**-----

-----Informou que este assunto mereceu a apreciação na reunião das Comissões Conjuntas, que se tinha realizado no dia 12 do presente mês. Nessa reunião esteve presente o Sr. Presidente da Câmara, o Sr. Vereador José Polido, o Dr. Aníbal Sardinha, que fizeram as exposições referentes ao documento e esclareceram as questões colocadas pelos deputados sobre o mesmo.-----

-----Depois cedeu a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal** que saudou todos os presentes e, em particular, a Associação que naquele dia os tinha acolhido, agradecendo o momento musical que a Voz do Alentejo lhes tinha acabado de proporcionar.-----

-----Relativamente às propostas das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2014, referiu que como tinha estado presente na reunião das Comissões Conjuntas, com a presença de quase todos os Deputados da Assembleia, todas as forças políticas que integram as comissões, para além das forças políticas que têm Vereadores na Câmara, e as que não têm beneficiam do Estatuto da Oposição e tiveram também reuniões com a Câmara, para não dar duas vezes a mesma explicação, iria dispensar-se de fazer uma apresentação pormenorizada, de como chegaram às receitas. Porque as boas regras de construção do orçamento mandam isso mesmo, face à previsão realista das despesas, depois desenvolve-se o próprio orçamento da Câmara Municipal, e foi naturalmente nessa base que o presente plano tinha sido construído.-----

-----Citou que em termos de grandes números a proposta de orçamento da CMS para 2014, apontava para um valor de 54,8 milhões de euros, sendo que as receitas virão de receitas correntes, no montante de 44,7 milhões de euros, e receitas de capital um montante de cerca de 10,1 milhões de euros.-----

-----Quanto às despesas, disse que previa-se que as despesas correntes atinjam 37 milhões de euros e as despesas de capital atinjam 17,4 milhões de euros. Isto significa que vai haver, se tudo correr como previsto, uma transferência de receitas correntes para despesas de investimento, que é a forma correta e saudável de construir um orçamento, que é permitir que com as receitas correntes se gerem poupanças para poder fazer algum investimento, o que nos tempos que correm não é coisa fácil.-----

-----Realçou que o presente Plano de Atividades era fortemente condicionado pela crise financeira que se vive, que condiciona de alguma forma as próprias receitas do município nalguns itens, que são itens

Ata nº 4 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

importantes de receita da Câmara Municipal. E referia-se nomeadamente ao Imposto Municipal de Transações (IMT) e às receitas provenientes dos loteamentos e obras, que eram duas fontes de receitas significativas da Câmara Municipal e que têm vindo a ficar cada vez mais reduzidas. Assim como a própria Derrama, embora essa não tenha a mesma expressão. Também a redução da atividade económica, tem tido impactos negativos sobre outras pequenas receitas. -----

-----Acrescentou, que até a transferência das próprias receitas do Orçamento de Estado (OE), têm vindo a reduzir todos os anos, à medida que o concelho de Sesimbra tem mais habitantes, vai tendo menos dinheiro do OE. Em 2013 o município de Sesimbra voltou a sofrer um corte de 200 mil euros de transferência. O município de Sesimbra é um dos municípios que recebe pouco dinheiro do OE, não chega a 5 milhões de euros. Portanto numa receita de 54 milhões de euros, as transferências do estado diretamente para o município de Sesimbra representam menos de 10% do conjunto das receitas previstas. Felizmente que é um município gerador de receitas próprias, resultantes dos impostos locais, resultantes das tarifas dos serviços urbanos e resultantes da capacidade que tem havido para promover candidaturas a Fundos Comunitários e a outro tipo de financiamentos, que permitiram fazer um conjunto significativo de investimentos ao longo dos últimos anos. -----

-----Referiu que o orçamento para 2014 continua também marcado pelo ciclo de investimentos que atravessou todo este mandato, e que assentou essencialmente em financiamentos de Fundos Comunitários, que permitiu satisfazer projetos na área da educação, na área da requalificação urbana e do património, na área do saneamento básico, na área da habitação, no seu conjunto investimentos muito significativos. Neste mandato, em termos de investimento global, financiado por candidaturas de Fundos Comunitários, ou do próprio Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), ou de contratos programa com o próprio Governo, no caso de jardins-de-infância, o investimento global proveniente destes projetos ascendeu a mais de 21 milhões de euros. Uma parte desse investimento estava em curso e ainda estaria em curso no ano de 2014, se bem que uma parte muito residual. Estavam já na parte final de implementação de projetos e que tinham reflexos financeiro no orçamento para 2014, com especial incidência na área do saneamento básico. Estava em curso uma candidatura que atingiu quase 10 milhões de euros, para o saneamento básico para a freguesia do Castelo e estava em curso também alguns

Ata nº 4 – Mandato 2013-2017





## Assembleia Municipal de Sesimbra

investimentos relativos, quer à Escola Básica/ji de Sampaio, quer à requalificação urbana da frente marítima de Sesimbra, que teve também um financiamento de Fundos Comunitários.-----

-----Infelizmente não tinha sido possível, apesar das várias tentativas, obter Fundos Comunitários para fazer mais investimento na freguesia da Quinta do Conde, para além do que foi feito nas escolas, uma escola nova de raiz e dois jardins-de-infância. A Câmara fez uma candidatura para a requalificação urbana na Quinta do Conde, no montante de 8 milhões de euros, mas foi recusada pela CCDR, que era na altura a entidade a quem competia aprovar a candidatura. Fez ainda uma nova candidatura para uma escola no Conde 2, mas também foi recusada. Portanto estariam ali a falar de quase 10 milhões de euros de investimentos que não foram concretizados, porque pura e simplesmente as candidaturas não foram aceites. Por isso é que dizia que o presente orçamento era muito marcado, ao nível do investimento, pela conclusão de obras financiadas por Fundos Comunitários. -----

-----Desagregando um pouco mais, referiu que na área da educação, apesar de haver apenas uma obra em termos orçamentais, não em termos físicos porque está concluída, que era a Escola Básica/Jardim de Infância de Sampaio, no valor de cerca de 330 mil euros, o orçamento global na educação excede a mais de 2 milhões de euros, o que mostra que no orçamento há uma despesa muito significativa na educação. Só em transportes escolares, a Câmara Municipal gasta anualmente mais de meio milhão de euros. O investimento anual previsto para o fornecimento de refeições, nos refeitórios escolares do 1º. Ciclo são 570 mil euros. E as transferências de meios financeiros para as Associações de Pais são 150 mil euros. Neste conjunto, 1 milhão e 200 mil euros. Portanto, o orçamento para a educação em 2014, era de mais de 2 milhões de euros, mesmo sem ter investimento em construção de edifícios, mas havia uma verba para transferência para as juntas de freguesia, para a conservação das escolas e dos espaços exteriores. -----

-----Na Cultura citou que os principais investimentos para 2014, eram a conclusão da obra da Fortaleza de Santiago e uma candidatura aprovada recentemente pelo PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural, para a requalificação da Casa da Água do Cabo Espichel, no valor de 170 mil euros. Portanto o orçamento para a cultura para o próximo ano era no montante global de 615 mil euros.-----

-----Na área do Desporto indicou que havia investimentos desportivos previstos para 2014, apenas a conservação dos equipamentos que estão na posse do município, mas ainda assim há uma despesa

Ata nº 4 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

prevista de mais de 600 mil euros. Para apoio às coletividades e associações que praticam desporto, cerca de 220 mil euros, para o projeto às Férias Jovens cerca de 154 mil euros, subsídios a instituições mais 136 mil euros. Ou seja, no conjunto cerca de 350 mil euros, mais de metade do orçamento do desporto é para transferir fundos para o movimento associativo e as várias instituições. -----

-----Na área da Juventude indicou uma despesa prevista de mais de 140 mil euros para 2014, destacando 3 projetos que se concretizam na Quinta do Conde. A Orquestra Sinfónica Juvenil, com um orçamento previsto de cerca de 32 mil euros; o funcionamento do CIPA – Centro de Inovação e Participação Associativa, no montante de 22 mil euros; e o projeto PIPA – Projeto de Inclusão Pela Arte, através de um protocolo com a ANIME – Projeto de Animação e Formação, de cerca de 10 mil euros. Mas havia naturalmente outros projetos na área da juventude apoiados pela Câmara Municipal.-----

-----Na Ação Social indicou um orçamento previsto de 485 mil euros, destacando: um protocolo com a junta de freguesia de Santiago para o funcionamento do Centro de Dia da Fonte Nova; verba para os vales alimentares; o apoio social para a construção do Lar da Cercizimbra, através da transferência anual que permite amortizar o empréstimo que a Cercizimbra contraiu; o apoio na obra do Centro Social do Raio de Luz; o apoio de obras em casas de pessoas idosas de famílias carenciadas, através do Regulamento Municipal de Apoio à Recuperação de Habitação (RMARH); e o apoio na ligação das casas à rede de esgotos, também através do RMARH, e ao qual as famílias mais carenciadas podem recorrer.-----

-----Quanto a investimentos significativos na área do saneamento, citou que só na rede de esgotos tinham um orçamento previsto de 4,4 milhões de euros e destacou: as várias frentes de trabalho em curso, na Fonte Esquerda, meio milhão de euros; nos Murdinhais, cento e tal mil euros; na Lagoa de Albufeira, mais de 300 mil euros; na 3ª fase do Zambujal, mais de 150 mil euros; na Aiana, mais de 600 mil euros; nos Fetais/Fornos, mais de 185 mil euros; o pagamento da obra da Avª. dos Aliados, na Quinta do Conde, que está concluída mas ainda com despesa prevista para 2014; o saneamento da Rua da Fé, no Conde 3, a única rua da Quinta do Conde que está em terra batida e que não tem saneamento básico; e a obra da Rua Egas Moniz, no Conde 1, que está pavimentada mas não tem saneamento básico. -----

-----Nos resíduos sólidos disse que estava previsto um investimento de mais de 1 milhão de euros, essencialmente de transferências de verbas para pagamentos à AMARSUL, a empresa multimunicipal que

Ata nº 4 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

faz o tratamento dos lixos, logo o grosso da fatia é o pagamento a esta empresa. -----

-----Indicou que nos cemitérios, que é um sector cuja receita é fortemente deficitária e que não cobra sequer os custos de manutenção e de investimento que neles se fazem, está previsto nas Opções do Plano para 2014, 220 mil euros de investimentos, e não contempla sequer as despesas com o pessoal da Câmara.

-----Na Proteção Civil citou que estava á previsto um valor de cerca de 400 mil euros, o qual tem a ver com o subsídio anual que é transferido para a Associação dos Bombeiros Voluntários de Sesimbra, na prática uma verba fundamental para o funcionamento desta associação. -----

-----No investimento de água disse que havia um investimento previsto de cerca de 2 milhões de euros, nas captações de água; na abertura e selagem de um novo furo; na beneficiação de reservatórios; na beneficiação de instalações eletromecânicas, na própria rede de distribuição, na renovação de rede dos vários pontos do concelho; e na própria manutenção de contadores. -----

-----Na área da energia citou que estavam previstos investimentos no montante de mais de meio milhão de euros, dos quais cerca de 420 mil euros eram para uma obra na Quinta do Conde, respeitante à AUGI 24 da Ribeira do Marchante. A AUGI tinha sido vandalizada e a Câmara Municipal tinha assumido, de acordo com a Comissão de Administração da AUGI, a responsabilidade de concluir as obras, ficando com as receitas das dívidas ainda existentes dos vários proprietários e ficando também com uma parte do património da AUGI para poder suportar essas obras. -----

-----Na área do turismo citou investimentos previstos na ordem dos 360 mil euros, embora houvesse um conjunto de investimentos classificados como turismo, mas que também podiam estar na cultura, o carnaval; os 40 anos do 25 de abril; os Santos Populares; a Temporada da Casa da Ópera no Cabo Espichel; a Festa das Chagas; ainda dois novos projetos, “Sesimbra é Peixe” - com a promoção de Sesimbra como a capital do peixe em Portugal; e a criação de um Museu Subaquático. -----

-----Na área dos mercados e feiras destacou a ZimbraMel; a Feira Festa; e um projeto de requalificação do mercado municipal de Sesimbra, na parte do peixe, que está pendente de uma candidatura, e que só avançará se essa candidatura vier a ser aprovada. -----

-----Na Rede Viária indicou um investimento previsto no total de 1,7 milhões de euros, citando: a pavimentação da parte remanescente da Av<sup>a</sup>. de Negreiros; a pavimentação da ligação entre a Av<sup>a</sup>. da

Ata nº 4 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

Liberdade e o Cemitério da Quinta do Conde, que atravessa a AUGI 24; o calcetamento de passeios na Quinta do Conde, cerca de 170 mil euros; um conjunto de investimentos em conservação de estradas e arruamentos, cerca de 190 mil euros, para todo o concelho; e um investimento na pavimentação de arruamentos na freguesia do Castelo, devido ao estado em que estes ficaram após as obras de saneamento, cerca de 250 mil euros. Citou ainda, fora deste quadro global, a Rua Porto da Hera e a Av<sup>a</sup>. do Alcaide, na Lagoa de Albufeira, e a estrada do Zambujal/Assenta. -----

-----Na defesa do Meio Ambiente indicou um investimento de 323 mil euros, do qual cerca de 50% era respeitante a um protocolo para a manutenção dos espaços verdes. Porque a Câmara Municipal para além de fazer a conservação dos espaços verdes, com os seus próprios meios, tem em várias zonas do concelho protocolos com associações de proprietários e moradores, o exemplo mais conhecido o protocolo com a Liga dos Amigos da Lagoa de Albufeira, que faz a conservação de todos os espaços verdes que vão sendo concluídos e também a varredura nas áreas abrangidas pelo protocolo. -----

-----Destacou intervenções a nível do meio ambiente e espaços verdes, que não tendo custos previstos para 2014 serão concretizados: o arranque da 2<sup>a</sup> fase do Parque da Ribeira, com base no acordo que existe com os promotores do parque; o projeto das Hortas Solidárias, na Várzea da Quinta do Conde, recentemente distribuídas, projeto que será formalmente inaugurado na altura do Dia da Árvore, um grande projeto deste mandato na Quinta do Conde, não só as hortas solidárias mas todo o espaço verde associado à várzea, que fará uma continuação excelente do Parque da Ribeira e do próprio Parque da Vila, e que permitirá ligar o Parque da Vila a toda a várzea da Quinta do Conde; e o novo parque da Corredoura, praticamente concluído, que será inaugurado no início de 2014. -----

-----Ao nível das Atividades de Meio disse que há um investimento previsto de cerca de 2,2 milhões de euros, dos quais cerca de 700 mil euros para a aquisição de viaturas, dos quais 540 para 2 viaturas importantes para o bom serviço na área do saneamento, um hidro-combinado e uma viatura de inspeção vídeo, adquiridas com o financiamento do Programa Operacional de Valorização do Território; a beneficiação de viaturas e equipamentos, cerca de 400 mil euros; a manutenção de viaturas e equipamentos cerca de 160 mil euros; e o aluguer e reparação das viaturas cerca de 400 mil euros. -----

-----Quanto à organização e funcionamento dos serviços citou que estava previsto uma despesa de

Ata nº 4 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

cerca de 840 mil euros, dos quais cerca de 400 mil euros com o sistema informático; 100 mil euros com os Serviços Sociais da Câmara; com o vestuário e equipamentos para os trabalhadores cerca de 50 mil euros; e as novas instalações dos serviços operacionais da Quinta do Conde. -----

-----Depois realçou que o conjunto de investimentos, que continuará em 2014, bem como o ciclo de investimentos que tinham vindo a concretizar ao longo do presente mandato que estava a terminar, só tinha sido possível com o bom equilíbrio da situação financeira da Câmara Municipal. Estimavam que no final de 2013 a dívida de curto prazo rondasse os 10 milhões de euros.-----

-----Lembrou que no final de 2012 a dívida de curto prazo estava em 19,6 milhões de euros, uma recuperação de quase 10 milhões de euros. Uma parte essencial, naturalmente, através da dívida de curto prazo para dívida de médio e longo prazo, através da utilização do PAEL, mas também no final de 2013 a dívida de médio e longo prazo iria atingir 22,7 milhões de euros. Em 2014 se tudo corresse bem, apenas previam utilizar empréstimos no montante de 0,3 milhões de euros. Eventualmente mais 1 milhão de euros de empréstimo do Banco Europeu de Investimento, um empréstimo já aprovado pela Assembleia Municipal, e que a Câmara estava à espera da aprovação do Tribunal de Contas.-----

-----Acrescentou que o orçamento para 2014 previa uma amortização de empréstimos no montante de 2,8 milhões de euros, isto significava que iam chegar ao final de 2014 com uma dívida de médio e longo prazo na ordem dos 20 milhões de euros, ou 21 milhões se fosse utilizado o empréstimo de médio e longo prazo. A dívida total rondaria no final de 2013, os 32,7 milhões de euros, e tudo apontava que no final de 2014, se fosse utilizado o empréstimo, rondasse os 30 milhões de euros, o que significava que a capacidade de endividamento do município ficava bastante confortada. Porque face às novas regras previstas pela Lei das Finanças Locais, os limites ao endividamento municipal correspondem a 1,5 a média das receitas correntes dos últimos 3 anos. Como a média das receitas correntes da Câmara rondava os 34 milhões de euros, permitia, multiplicando por 1,4, chegar a cerca de 50 milhões de euros o limite ao endividamento líquido da Câmara Municipal. Portanto, muito longe dos 30 milhões que em princípio teriam de dívida global no final de 2014, que podiam dizer que era uma situação positiva.-----

-----Quis recordar, que quando a CDU iniciou o mandato, há 8 anos atrás, a dívida da Câmara era cerca de 25 milhões de euros. Atualmente era cerca de 32 milhões de euros, portanto 8 milhões a mais. Mas era

Ata nº 4 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

bom recordar também, que antes da CDU iniciar o mandato, há 8 anos atrás, a dívida que era de 8 milhões passou para 24 milhões. Portanto houve claramente um desagravamento da dívida durante os 2 últimos mandatos em que a CDU esteve à frente da Câmara. E outro dado positivo, era chegar ao final de 2013, ao nível dos recursos humanos, com um total de 906 trabalhadores, dos quais 58 pagos pelo Governo. Ou seja, 848 trabalhadores recrutados pela Câmara, um número que não andava muito longe daquele que a Câmara tinha há oito anos quando a CDU assumiu funções. Portanto consideravam que eram resultados importantes, tinham conseguido fazer todo o trabalho que foi feito e chegar a esta situação. Naturalmente que atravessaram alguns períodos difíceis nestes últimos 2 anos, mas pensava que as coisas estavam controladas e que, se não houvesse surpresas extraordinárias, estavam no caminho certo. -----

-----Seguidamente a **Presidente da Assembleia** cedeu a palavra aos Deputados Municipais. -----

-----O **Deputado João Rodrigues** começou por dizer que, no entender da sua bancada, o orçamento é talvez o documento mais importante sobre o qual a Assembleia Municipal tem de decidir. Porque é o documento que reflete as ações que a Câmara desenvolve em função dos seus objetivos e do seu planeamento. Tinham tido a preocupação de analisar com mais cuidado este documento, não com vista a pôr em causa os objetivos que a Câmara propõe atingir, mas defendendo esses objetivos com a análise das parcelas que o compunham. -----

-----Depois disse que o Sr. Presidente referiu, que se previa que as receitas correntes atingissem os 44 milhões de euros. Esta receita assenta basicamente no IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, no IMT – Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, loteamentos e obras, rendimentos de propriedades, transferências correntes, venda e bens de serviços. As últimas 3 rubricas, rendimentos de propriedades, transferências correntes e venda de bens e serviços, pelas suas características tem um caráter pouco aleatório. Como sabiam, rendimentos de propriedades era basicamente a renda da EDP, as transferências correntes eram aquelas que estavam garantidas através do Estado, a venda de bens e serviços, pelo histórico que a Câmara tem prestado, admitiam que não fosse muito aleatória. -----

-----Em relação às restantes rúbricas, aquelas que lhes poderiam colocar algumas dúvidas, começaria pelo IMI, cujo orçamento é de 12 milhões e 600 mil euros, que representa 28% das receitas correntes, o que é um peso significativo. Tinham discutido recentemente as taxas do IMI e tinham verificado, que

Ata nº 4 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

estava previsto em 2013 arrecadar 10 milhões e 700 mil euros, que são quase 2 milhões de euros de diferença, entre a receita de 2013 e aquela que se prevê receber em 2014. Depois tinham tido o cuidado de fazer uma análise sobre a evolução do IMI antes de 2013 e tinha verificado que o crescimento do IMI foi cerca de 5%. A variação de 2009 para 2010, foi de 6%. De 2010 para 2011, foi de 4,6%. E de 2011 para 2012, foi 5,1%. Face a esta evolução, dado que o ano anterior foi excepcional, porque houve a reavaliação dos imóveis, era evidente que o aumento foi mais significativo. Mesmo prevendo um revesso ainda positivo das reavaliações e com base nos 5% dos anos anteriores, e considerando uma evolução superior na ordem dos 8,5%, diria que esta receita rondará os 11 milhões e 600 mil euros. Ou seja, receava que pudesse haver aqui um desvio quase de 1 milhão de euros.-----

-----Quanto à receita sobre o IMT, foi orçamentado 3 milhões e 740 mil euros, o que representa 8% das receitas correntes. Como sabiam trata-se de uma receita aleatória, e tinha tido o cuidado de ir ver o que se passou em 2012. E em 2012 foi orçamentado 5 milhões e 200 mil euros, e foi realizado 2 milhões e 364 mil euros, o que significava que não atingiu metade do que foi orçamentado. Se assentasse a análise apenas neste número, e considerando já o acréscimo de 15% sobre este valor de 2012, em 2014 não ultrapassaria 2 milhões e 740 mil euros. Ainda tinha ido ver qual foi a execução orçamental de 2013, e 2013 registava 3 milhões de euros, como a intervenção da sua bancada não era para pôr em causa só por pôr em causa, entendiam que com base no número de 2012 não seria previsível atingir em 2014 o número que foi proposto no orçamento. Mas dado o incremento que houve de 2012 para 2013, e na esperança que isso se venha a repetir, não iam arranjar outro valor a não ser aquele que a Câmara indicou, mas com algumas reservas por acharem um valor um pouco excessivo. -----

-----Depois quanto às taxas, multas e obras, citou que tinha sido orçamentado 5 milhões e 800 mil euros, portanto esta receita representava 13% das receitas correntes. Da execução orçamental de 2012 foi orçamentado 7,5 milhões de euros e foi realizado apenas 2 milhões e 234 mil euros, ou seja, foi realizado 1/3 daquilo que foi orçamentado. Mesmo admitindo que possa haver um aumento de cerca de 25%, chegariam a um valor na ordem dos 2 milhões e 800 mil euros. Mais uma vez receavam que pudesse haver um desvio na ordem dos 3 milhões de euros. Por isso em termos globais, e não querendo ser pessimistas e respeitando a posição da Câmara, que tem mais dados disponíveis e mais experiência que o (MSU)

Ata nº 4 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

Movimento Sesimbra Unida, que estava na Assembleia há 3 meses, receavam que a receita corrente apenas atingisse 40 milhões de euros e não os 44 milhões de euros previstos. -----

-----Relativamente à receita de capital referiu que esta receita é basicamente constituída por bens de investimento, e estava orçamentado 5 milhões de euros. Em 2012 tinha sido orçamentado 2 milhões de euros e foi realizado zero. Da análise da execução orçamental de 2013, o valor desta rubrica também foi zero. E como era evidente, era previsível que também fosse zero em 2014. -----

-----Quanto às transferências de capital, como são da Administração Central, disse que provavelmente serão cumpridas. Mas o receio da sua bancada era que a redução que pode vir a ocorrer, entre o orçamentado e o realizado, obrigue a Câmara a aumentar o endividamento, ou a atrasar o pagamento aos fornecedores, e isso preocupava-os. Queriam que a Câmara fizesse obras, que pagasse os salários aos seus trabalhadores, que pagasse aos fornecedores, mas também queriam ter um bom orçamento. E um bom orçamento era aquele que era feito em dezembro e no final do ano a execução orçamental não tinha desvios. E este seu alerta, de acordo com a análise que estava a fazer, era para que ficassem informados antecipadamente daquilo que os esperava no futuro. Quando fossem confrontados com a necessidade da Câmara vir recorrer à Assembleia para aprovar financiamentos, ou que no final do ano a dívida a fornecedores fosse superior àquilo que era previsível. O orçamento é muito importante, mas faltava-lhes um documento, o balanço e demonstração de resultados previsionais para o final do ano. Mas como sabiam que por Lei isso não era exigido, só se estava a cingir ao orçamento. -----

-----Quanto à despesa citou que era evidente que há uma grande rigidez, não só na Câmara de Sesimbra, mas em todas as Câmaras do País. E por isso acreditavam que a despesa ali mencionada dificilmente seria reduzida. Porque as despesas com pessoal representam 50% das despesas correntes, ou seja, cerca de 18 milhões de euros, para 38 milhões de euros. Por outro lado reconheciam, que os 16 milhões de euros da aquisição de bens e serviços serão pouco flexíveis. O resto são bens de capital, e como era evidente não queriam que a Câmara deixe de fazer os investimentos que tem que fazer, porque eles são necessários. O sistema de drenagem de águas, 4 milhões de euros. A captação e distribuição de água, 1,5 milhão de euros. E os passivos financeiros estavam orçamentados em 2 milhões e 826 mil euros. -----

-----Por fim, disse que aquilo que pretendia, era que os orçamentos apresentados tivessem a maior

Ata nº 4 – Mandato 2013-2017





## Assembleia Municipal de Sesimbra

adesão à realidade, para não serem surpreendidos no final do ano com desvios significativos da execução orçamental, porque queriam que a Câmara Municipal cumprisse aquilo a que se propõe. -----

-----O **Deputado Manuel José Pereira** disse que não deixando de subscrever as preocupações do colega João Rodrigues, deixaria a resposta para o Sr. Presidente da Câmara, uma vez que isso já tinha sido debatido na reunião das Comissões, que tinha a ver com o orçamento ter que encaixar toda a dívida de curto prazo, ou quase toda, independentemente de poder ser paga. Comungava de facto com as preocupações defendidas, efetivamente se não houver cuidados redobrados, podiam não assistir ao cenário idílico que o Sr. Presidente traçou, ou seja, terem o controlo da situação financeira, terem a manutenção da possibilidade de um ciclo de novos investimentos. E bastava que olhassem para os números propostos naquele documento, era o menor investimento dos últimos 10, senão 20 anos. E porquê? Porque os últimos anos foram efetivamente anos de forte investimento com conseqüências muito complexas, para a situação financeira e a dívida. E portanto agora tinham que abrandar esse investimento.

-----Citou que quando perguntava nas reuniões quando é que voltavam a ter investimento, era precisamente marcando essa diferença, entre investimentos na ordem dos 13 milhões, que são os deste ano, e investimentos na ordem dos 20, 30 milhões, que foram ao longo dos últimos anos. Porque a atividade do município não é exclusivamente o seu apoio corrente em subsídios e transferências, é de facto fazer obra quando ela é necessária e quando há capacidade financeira para a realizar. E portanto era aí que, em princípio, o PS tem estado em desacordo e manter-se-á em desacordo. De qualquer forma não iam reprovar aquela proposta, embora não fosse novidade porque os vereadores do PS já o tinham dito na Câmara, entendiam que face ao estado a que chegou a situação do concelho de Sesimbra, não era possível fazer orçamentos muito deferentes do que estava ali presente. E era essa a razão pela qual a bancada do PS entrava neste novo ciclo, porque havia uma coisa que efetivamente se tentava melhorar, reduzir a receita para níveis mais próximos da realidade, para que seja possível no final de 2014 falar de uma taxa de arrecadação de receitas mais próxima daquilo que foi o orçamento inicial. Mas tinham algum receio que isso possa não acontecer. -----

-----Indicou que estavam no período final de execução do atual QREN, não sabiam ainda qual viria a ser o próximo, e esta era uma das dúvidas que tinham. Não sabiam se a Câmara tinha alguns dados face aos

Ata nº 4 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

números previstos de receitas vindas de Fundos Europeus e o que foi encaixado em 2013, que foi menos de metade daquilo que estava previsto. Se aquilo que se vai passar em 2014 segue essa regra, ou 2014 é mesmo para encerrar do ponto de vista financeiro os programas e portanto todo esse dinheiro virá. Mas, efetivamente, o presente orçamento é mais aproximado da realidade, e isso só por si é bom. Era uma tentativa para se gastar bem, se as despesas forem bem executadas, e as mais prioritárias, porque seguramente não serão todas porque a receita não irá entrar toda, naturalmente que cá estariam para dizer se houve sucesso, ou não. -----

----- Mas de facto o presente orçamento era o corolário dos últimos 8 anos do mandato da CDU e um corolário que representa o empobrecimento do concelho de Sesimbra. O concelho está hoje mais pobre não obstante a forma como o Sr. Presidente referiu os números, a diferença dos 8 milhões de euros, a dívida do tempo do PS, etc. Isso quanto a si não era muito relevante, era história, podia também desbobinar as obras que o PS fez, mas não ia entrar por aí. A verdade é que o concelho está mais pobre e há indicadores que dizem isso, obviamente que não era só o concelho de Sesimbra, eram praticamente todos os concelhos, porque o país está mais pobre. E o concelho estava mais pobre porque as pessoas e as empresas estão mais pobres, as ruas estão esburacadas, estão sujas. Esta era a realidade que todos eles tinham que combater. -----

-----Disse ainda, que há muita gente, nomeadamente a chamada classe média, que está com uma perda de rendimentos brutal, por culpa das opções políticas do Governo, e que provavelmente ainda não terá recorrido, ou recorrido de forma clara, aos apoios que necessita. E a Câmara deve estar preparada para isso, com o seu orçamento da ação social. Há muita gente que está a perder cada vez mais a esperança no futuro e essa situação tem que ser acautelada, porque a Câmara vai ser a primeira instituição a dar uma mão solidária quando ela for pedida. Mas já há algum tempo que vinha dizendo que a Câmara também deu uma ajudinha a essa situação, com a sua política quanto aos impostos, taxas, tarifas, e de certa forma, prolongou no concelho a ação nefasta do Governo. -----

-----Indicou que não foi possível descer o IMI como devia ter sido feito, e corria-se o risco mesmo assim de ficar 1 milhão de euros abaixo. A Câmara teve que se socorrer daquilo que representou para o concelho “o resgate”, que foi o recurso ao Plano de Apoio à Economia Local (PAEL), que fez diminuir a dívida de

Ata nº 4 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

curto prazo, mas não diminuiu a dívida global, e tinham que a amortizar nos próximos 12 anos. E uma parte do orçamento vai ser para pagar a dívida referente à amortização do PAEL e dos outros empréstimos. O PAEL fez baixar a dívida de curto prazo mas tem que ser pago, dentro dos prazos, e a bancada do PS até propunha que os prazos pudessem ser estendidos. E pensava que terá que haver abertura do Governo para aceitar isso, como terá que haver abertura para passar o défice orçamental de 4 para 4,5%, ou de 3 para 3,5%, bastava encaixar os 10% do valor das pensões que estão a pedir aos pensionistas da Caixa Geral de Aposentações para dar. Isto não pode ser sustentável e compete também aos Municípios lutarem contra isso aplicando medidas diferentes. Construíram-se escolas mas não há possibilidade para contratar pessoal; requalificou-se a vila mas não se consegue recolher o lixo, nem se consegue lavar as ruas; fez-se o saneamento nas freguesias mas as estradas estão esburacadas, não há recursos para contratar pessoal para a época alta. O Sr. Presidente disse que o pessoal estava controlado, mas na sua opinião era preferível que não estivesse, e que a Câmara pudesse contratar e ajudar a criar emprego. Mas não podia, não só por imposição legal, como por não ter situação financeira que o permita. As dívidas das famílias à Câmara são elevadas, mas iriam ver quando fosse presente o Relatório e Contas da Câmara, porque quanto mais aumentam as taxas, mais elevadas as dívidas serão e menos condições as famílias têm para pagar à Câmara os serviços que são prestados.-----

-----Acrescentou, que os jovens do concelho têm cada vez mais formação e mais ensino, mas estão emigrados. E naturalmente que não era este o rumo que queriam dar ao município. O PS tentaria dar um maior apoio à dinamização da economia, tentaria desenhar com as instituições um plano de emergência social e definiria, como alta prioridade, uma lavagem do concelho e atacar o problema das estradas e das pavimentações, num período mais rápido do que o previsto naquele plano. No investimento dos próximos 4 anos está previsto cerca de 5 milhões de euros, tinha dúvidas se será suficiente para pavimentar todas as estradas, nomeadamente as da freguesia do Castelo que foram alvo de intervenção. Portanto, reconhecendo algumas virtualidades no documento, não era o documento que o PS faria, mas admitindo que foi feito de acordo com o programa eleitoral da CDU, davam o benefício da dívida à sua execução. -----

-----Mencionou que o Sr. Presidente tinha-lhes dado uma notícia boa, que irá fazer parte de uma equipa de trabalho ao nível da Área Metropolitana de Lisboa, para se discutir e negociar a questão da

Ata nº 4 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

entrada de Sesimbra nos novos Fundos Comunitários para o programa 2014/2020, isso era bom. Naturalmente que não estará a representar Sesimbra, estará a representar um grupo de trabalho da Área Metropolitana, mas com algum zelo conseguirá perceber quais são as coisas melhores, candidatáveis, que ajudem a resolver alguns dos problemas do concelho. E em termos da Quinta do Conde, embora o Sr. Presidente só referisse a Ribeira do Marchante, julgava que também deve ser dada prioridade a uma área que foi esquecida, o Casal do Sapo, com a questão dos trabalhos que estão em curso referentes às AUGI, e não sabia se haverá mais apoios à Câmara nessa área. -----

-----Depois o **Deputado Lobo da Silva** leu um documento que se transcreve: -----

-----*“A Câmara prevê arrecadar 44 milhões, setecentos e dois mil euros, sendo a proveniência mais significativa aquela que resulta dos impostos diretos. Pretendemos alertar o executivo de que o valor previsto dos impostos diretos, praticamente vai para a rubrica de despesas com o pessoal.* -----

-----*Quanto a taxas e multas, prevê a Câmara arrecadar 6 milhões, quinhentos e cinquenta e um mil euros, valor reconhecido pelo executivo que se encontra empolado para fazer face à dívida de curto prazo.* -

-----*A Câmara prevê de transferências correntes menos 200 mil euros, esperamos que neste campo não ter mais surpresas.* -----

-----*No âmbito de receitas de capital, estão previstos 10 milhões, cento e dez mil euros, sendo a fatia mais significativa aquela que provém de venda de bens de investimento.* -----

-----*Nas despesas correntes a Câmara de Sesimbra prevê gastar 37 milhões, trezentos e noventa e oito mil euros, sendo a rubrica de despesas com pessoal, perto de 18 milhões de euros, e a rubrica de aquisição de bens e serviços, de 16 milhões de euros.* -----

-----*Sobre a aquisição de bens e serviços entendemos que a Câmara Municipal de Sesimbra deverá rever a sua política de compras. E estaremos disponíveis para contribuir com sugestões.* -----

-----*Em relação a despesas de capital, estas cifram-se em 17 milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil euros, tendo como valor mais significativo a aquisição de bens de capital.* -----

-----*Quanto à dívida global e após intervenção do PAEL, prevê a Câmara de Sesimbra que esta vá cifrar-se, no final do ano, em 10 milhões de euros. E em 3 milhões de euros a de médio e longo prazo.* -----

-----*Quanto ao investimento, a Câmara pretende investir perto de 14 milhões de euros, visando as três*

Ata nº 4 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*freguesias, sendo a freguesia do Castelo aquela que levará a maior fatia desse investimento, resultado das obras de saneamento básico que está a ser efetuado. -----*

*-----Chegando aqui, pretendem os deputados do PSD alertar, que teriam que continuar a conter a dívida global. Esta hoje representa cerca de 70% do valor previsto à arrecadar em 2013. Pretendemos aqui deixar bem claro e sem equívocos, a concordância com os valores que estão afetos à educação e ação social. -----*

*----- Por último, alertar também o executivo, que este orçamento contempla receitas esvaziadas praticamente em três fatores, e que dependem diretamente da situação financeira das famílias. Ou seja, a recuperação de dívidas de terceiros, os impostos municipais IMI e IMT, e o desenvolvimento das AUGI. Assim, quanto ao orçamento, julgamos ter sido claros e percetíveis na análise que fizemos dos documentos postos à disposição da Assembleia Municipal. Se em relação ao orçamento estamos perto do acordo, quanto às GOP, para nós PSD, julgamos que deveríamos ter outra atitude, e em conjunto, repito, em conjunto, ir mais além, nós assim o faríamos. -----*

*-----Pretendemos destacar as seguintes rubricas: -----*

*----- Turismo, este concelho está sediado mais ou menos a 40 km de uma capital europeia, e temos que colocar de uma vez por todas este concelho de Sesimbra na rota do turismo. Chegados aqui, não se entende porque o orçamento, na sua rubrica 08.03, em termos de Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL), somente contemplados 5 mil euros, e 500 euros para outros serviços. De certeza para este concelho e para a importância de um certame como é a BTL, grande montra na área do turismo, deveríamos ter outro comportamento. Temos que ser mais pró-ativos, temos que chamar os agentes económicos locais a participarem e a fazer entender que não pode ser somente a Câmara a alancar com todo o processo, terá que sim, ser uma ferramenta indispensável. Tinham que vender Sesimbra além-fronteiras, mas não certamente com 368 mil euros na rubrica do turismo. Interrogamos a Câmara, se já pensou fazer um levantamento da procedência das pessoas que visitam o nosso concelho e que se instalam nas nossas unidades hoteleiras. Porque não vender Sesimbra junto dos países e respetivas comunidades de quem nos visita? Não podemos continuar sentados á esperta que o turismo venha a Sesimbra. Temos que ser todos nós a ir ao encontro das grandes economias emergentes e dar a conhecer Sesimbra e as suas potencialidades. Não basta fazermos festas e arraiais, ou mesmo requalificar marginal e abrir novos*

Ata nº 4 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*espaços de cultura. Temos que saber vender estes mesmos espaços. Temos que começar a executar o Plano Estratégico do Turismo.*-----

*-----Quanto ao desenvolvimento económico, como foi a nossa intervenção aquando da reunião das Comissões conjuntas, mais do que inscrever uma verba de 12 mil euros, para a introdução de um sistema para identificar as perdas de água, é necessário a Câmara saber efetivamente qual o valor que se está a perder, situação que os Deputados do PSD vêm falando há mais de 1 ano.* -----

*-----Quanto à rubrica Atividades do Meio, 11.02 “Seguros”, estão inscritos 98 mil euros. Em diversos orçamentos e respetivas apresentações de contas, alertamos a Câmara Municipal de Sesimbra de ser necessário fazer uma consulta ao mercado e vender o chamado “pacote de seguros”. Pretendemos com esta atitude reduzir substancialmente este custo, esperamos que a Câmara saiba ouvir estes alertas.* -----

*-----Para terminar, não rejeitamos este orçamento, embora não aprovando porque entendemos que os valores orçamentados na nossa perspetiva dariam para ter outras opções, se fossem por nós administrados.* -----

**O Deputado Alain Monteiro** citou que a bancada da CDU, após ouvir o Sr. Presidente da Câmara na reunião conjunta das comissões e na presente sessão, e analisando os documentos, iria votar favoravelmente a presente proposta da Câmara. E ia votar favoravelmente aquela proposta por a considerar fundamental naquilo a que ela se propunha, fundamentalmente reduzir a dívida da autarquia. No entanto gostaria de tecer mais algumas considerações, face ao que foi dito pelas diversas bancadas, nomeadamente, pelo que foi dito pela bancada do MSU, que tem algumas dúvidas quanto à taxa de execução do presente orçamento. E ouvindo com toda a atenção, parecia-lhe que essa dúvida se situa numa diferença de 10%, aproximadamente. Julgava que se chegassem ao final de 2014 com apenas um desvio de 10%, face àquilo que foi inicialmente previsto, seria muito bom como taxa de execução, ou seja, teriam uma taxa de execução de 90% daquele orçamento. Logo será muito bom. -----

*-----Quanto a outras situações que foram tecidas pela bancada do Partido Socialista, concordavam de facto com algumas coisas que foram ditas, nomeadamente, com os avultados investimentos feitos nos últimos 2 mandatos, mas não basta ver os números. De facto estavam com uma dívida, no final de 2013 de cerca de 33 milhões de euros, mas convém perceber para onde é que foi esse dinheiro. É inegável que hoje*

Ata nº 4 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

vive-se melhor em todo o concelho. Na Quinta do Conde, há parques, há zonas verdes, coisas que não havia há oito anos atrás, há mais escolas, há jardins-de-infância que foram ampliados duplicando a sua oferta, e basta pensar que se uma família paga 200 ou 300 euros para ter a sua criança num jardim-de-infância, é de facto uma poupança significativa para as famílias.-----

-----Por outro lado, há que reconhecer a grande capacidade que a Câmara teve nestes últimos anos na captação, mas principalmente na concretização, de verbas vindas do QREN, e que também não tinha acontecido, por exemplo, nos 2 mandatos do Partido Socialista. Mas as obras não se ficaram apenas pelas escolas, nem pelos parques, e o saneamento básico chega hoje a 90% das famílias, coisa que há 8 anos não chegava. Tinha sido ali dito que o concelho está mais pobre, sem dúvida, infelizmente o concelho está hoje muito mais pobre do que há oito, há dez, ou muito mais, anos atrás. E tinham que ter em conta o que foram as governações, nomeadamente do Partido Socialista que levou o país à bancarrota. E a governação agora do PSD com o seu programa de ajustamento e as medidas gravosas que tem tomado. Ou seja, o concelho está mais pobre porque a Câmara CDU assim o fez, ou porque as governações e as medidas que têm sido tomadas por este governo assim o fizeram, perguntou. -----

-----Quanto à questão do emprego e que a Câmara devia ter um papel a desempenhar nesta situação, recordava-se que, no mandato anterior, do Partido Socialista criticar a Câmara de ter muitos trabalhadores, neste momento tinham reduzido. A verdade é que a Lei, presentemente, não permite que a Câmara contrate pessoas e, como todos sabem, em muitas áreas fazem bastante falta. -----

-----Quanto à questão do IMI, também referida pelo PS, disse que não seria de mais relembrar que nos mandatos do PS a taxa do IMI estava na taxa máxima. Presentemente está na taxa intermédia, aliás, irá haver para o próximo ano cerca de 28 a 30 municípios que irão agravar a taxa do IMI, fora aqueles que já o têm no máximo. Julgava que era de facto importante ter em consideração esse facto da Câmara não aumentar o IMI. Isto significa, que ao não aumentar o IMI, uma perda de aproximadamente 3 milhões de euros, ou seja, estes 3 milhões de euros também faz falta à Câmara neste período de grandes dificuldades.

-----Em relação à questão do turismo, levantada pelo PSD, referiu que de facto a verba total nesta rubrica é de 1 milhão, 233 mil euros. Pode não ser muito, mas tendo em conta a situação em que a Câmara Municipal se encontra, e nomeadamente o desígnio que tem o presente orçamento, não é assim tão má. --

Ata nº 4 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----A **Deputada Sandra Cunha** referiu que o Bloco de Esquerda, em relação ao presente orçamento e às GOP, considerava e reconhecia o esforço que foi feito na contenção das previsões da arrecadação de receitas em relação ao que era apresentado em anos anteriores, em que já se vivia a crise e eram apresentados consecutivamente orçamentos com uma previsão de receita maior do que a anterior, num cenário completamente desfasado da realidade. Reconheciam este esforço de aproximação à realidade que se vive, reconheciam também uma série de outras melhorias no que respeita à contenção em certas despesas. Sabiam que as autarquias e os municípios estão a ser fortemente afetados pela crise nacional e pelas medidas de austeridade do Governo PSD/CDS, que se reflete nos rendimentos das famílias mas também em todos os órgãos dos municípios. Mas consideravam ainda assim, principalmente por serem órgãos de poder local, por estarem mais próximos da população, por terem as competências e os instrumentos certos para compreender melhor os problemas das famílias e dos cidadãos, têm que de facto na elaboração do seu orçamento usar desses instrumentos, dessas ferramentas, para melhorarem a vida dos munícipes e minorarem os efeitos da crise. -----

-----Neste sentido, em relação à taxa do IMI, apesar de em Sesimbra não se aplicar a taxa máxima como foi referido, e em alguns municípios ir ser aumentada ao obrigo das medidas de austeridade e dos contratos com o PAEL, o Bloco de Esquerda julga que no município de Sesimbra ainda há margem de manobra para se descer um bocadinho o IMI. E isto porquê? Porque as famílias estão desesperadas, porque os cortes são imensos, porque com a reavaliação que foi feita das habitações. Com esta manutenção da taxa do IMI a verdade é que muitas famílias viram o seu imposto aumentar imenso. Pensava que haveria ainda margem de manobra para a Câmara descer um pouco a taxa do IMI e assim cumprir a sua responsabilidade de aliviar os problemas com que as famílias se deparam. E tinham ficado bastante desagrados com a verba destinada à ação social no presente orçamento, mas não só pela verba, principalmente pela forma como é concetualizada a ação social. -----

-----Portanto são medidas que já vêm de orçamentos anteriores, muitas já estão em execução, são medidas desconexas, não há um plano consertado de emergência social, numa altura em que qualquer autarquia tem essa responsabilidade perante os seus munícipes. Portanto é a falta desse plano consertado de emergência social e a verba que é muito, muito, baixa. E basta ver a verba para a compra de viaturas,

Ata nº 4 – Mandato 2013-2017





## Assembleia Municipal de Sesimbra

que não duvidada da sua eficácia e da sua necessidade, mas de facto comparando com a verba para a ação social e para apoio às pessoas que agora necessitam, e como foi ali referido, também à classe média que está a ser tão fustigada, pensava que devia ter sido dado mais atenção a esses factos no presente orçamento. Ainda assim, o Bloco de Esquerda não considerava que estes fossem motivos fortes o suficiente para votar contra ao orçamento, porque também reconheciam o esforço que foi feito de melhoria em alguns aspetos, e portanto o Bloco de Esquerda iria abster-se. -----

-----Interveio o **Deputado Mendes Dias** que começou por dar os parabéns à Senhora Presidente da Assembleia Municipal pela descentralização da presente assembleia, porque nunca tinha visto uma assembleia com tanto público. -----

-----Depois disse que ao ouvir o Deputado Manuel José Pereira a intervir em nome da bancada do PS, dava a sensação que estavam noutro país, noutro município, noutra galáxia, pela borracha que usa para apagar aquilo que foi a gestão do PS, quer na Câmara Municipal de Sesimbra, quer no nosso país. Não conseguia perceber tanta hipocrisia do Partido Socialista, quando deixou a Câmara Municipal de Sesimbra com dívida e sem obra. Se hoje podiam dizer que a Câmara tem dívida, também podiam dizer que tem obra e obra bem-feita. E se é verdade que o Partido Socialista quando esteve à frente da Câmara teve outras condições, também é verdade que tinha no Governo o Partido Socialista, com o Eng.º Guterres. E o que é que viram para Sesimbra? Nada. Com o Eng.º Sócrates o que viram foram planos e orçamentos, e de 13 milhões de euros para o parque Escolar de Sesimbra, e não foi gasto nem um cêntimo. -----

-----Acrescentou que a situação que o país hoje atravessa com as restrições que se está a viver, afetam efetivamente as famílias, afetam os munícipes do concelho, é de grande dificuldade, mas são a consequência de erros do passado. E o fácil era continuar com esses erros, se porventura tivéssemos quem nos emprestasse o dinheiro. Como não tivemos quem nos emprestasse o dinheiro sem manter uma atitude de rigor, que era o que a Câmara lhes estava a pedir, com a apresentação do presente orçamento, rigor, e também ela ficou cercada e presa a um plano de financiamento e de reestruturação, que a impede de fazer o que porventura a CDU gostaria de fazer. Portanto aquilo que diziam, e o seu colega Lobo da Silva já tinha dito, é que mesmo com o presente orçamento, com as dificuldades que a Câmara têm, achavam que podiam fazer melhor, não mais, mas melhor. -----

Ata nº 4 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Depois disse ao Deputado Alain Monteiro que 1 milhão e duzentos mil euros, para o turismo, só dava para as festas, festinhas e romarias, não para aquilo que a bancada do PSD considera importante e que podia criar mais-valia para o concelho. -----

-----O **Deputado Manuel José Pereira** disse ao Deputado Mendes Dias que até o entendia, porque como ele estava na Assembleia há pouco tempo não se lembrava da obra que o PS fez na Quinta do Conde, mas todos os que estavam ali presentes, lembravam-se. Foi quase o saneamento todo, foi todo o asfaltamento, foram equipamentos, para não falar de equipamentos feitos nas outras freguesias, e a conclusão do saneamento da vila de Sesimbra. Portanto não lhe viessem com a história que o concelho tem saneamento a 90%, porque já tinha a 20% quando o PS chegou à Câmara. E se o PS levou o país à bancarrota, foi por questões sociais, porque o PS fez uma governação social. E foi o PCP aliado ao PSD, que chumbaram o PEC 4 – Plano de Estabilidade e Crescimento, e fizeram com que se tivesse pedido apoio externo. Portanto nunca se deviam esquecer disto quando falassem da bancarrota. -----

-----Perguntou depois ao Deputado Alain a quem é que ele tinha ouvido dizer, da bancada do PS no mandato anterior, que a Câmara tinha trabalhadores a mais. Não ouviu seguramente, porque é uma coisa que o PS nunca disse, é um preconceito que o PS tem, contra os trabalhadores não fala. Disse ainda ao Deputado, quanto a ter dito que o IMI não aumentou, que a Câmara não aumentou o IMI mas aumentou a cobrança, 2 milhões de euros que vão buscar às famílias Sesimbrenses, e podia não se ter aumentado tanto. Porque se reduzissem de acordo com a proposta que foi feita na Assembleia, quando se discutiu o IMI, não seriam 3 milhões a menos, seriam menos 700 mil euros. E não diziam isto por serem oposição, diziam isto porque o país está como está e o PS tem essa sensibilidade social, que pelos vistos a CDU e o PSD não têm. -----

-----O **Deputado Rui João** disse que a bancada da CDU considerava o presente orçamento realista e exequível. E como tinha sido um ponto ali referido, iria debruçar-se essencialmente na educação e ação social. E aquele orçamento, na opinião da sua bancada, tinha uma preocupação social muito vincada, ao contrário do que tinha sido afirmado. Não precisavam dum plano de emergência social, hoje em dia a Câmara Municipal já atua no terreno na ação social. -----

-----Quanto ao concelho estar mais pobre, disse que de facto o concelho está mais pobre, mas que a

Ata nº 4 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

culpa não é da Câmara. A Câmara não tem a culpa que 40% dos alunos do 1º. Ciclo e pré-escolar que usufruem do escalão A e do escalão B, e a estes alunos é a autarquia que comparticipa as refeições. Ao escalão A, comparticipa na totalidade. E ao escalão B comparticipa em 50%. E tinham que reconhecer que 40% dos alunos do pré-escolar e 1º Ciclo é um número muito grande, mas é um número ainda relativo ao ano transato, porque as famílias ainda não entregaram o IRS de 2013. E o apoio nos transportes escolares, em que a autarquia apoia a 100% os alunos do 9º ano e apoia a 50% os alunos do secundário, com a agravante que muitos desses alunos têm que se deslocar para fora do concelho, porque o estado português não cumpriu o papel que devia ter cumprido. Ao contrário daquilo que a autarquia fez, que desenvolveu e bem o parque escolar, nomeadamente no 1º. Ciclo. O parque escolar, nomeadamente no pré-escolar, há 10 anos tinha 2 salas, presentemente tem 34 salas, portanto tinham oferecido isto à população do concelho de Sesimbra. -----

-----Indicou ainda, que no movimento associativo, uma peça fundamental na ação social e no apoio à família, a Câmara Municipal continua a dar apoios substanciais, nos quais destacava os Bombeiros Voluntários de Sesimbra, que por sua vez dão apoio social às famílias. O apoio às IPSS, em que a Câmara contribui substancialmente com o fornecimento de cabazes alimentares, cada vez em maior número. E esta é a política social que a Câmara Municipal de Sesimbra tem e não podiam exigir mais, porque as verbas do orçamento de estado são cada vez menos, cerca de 200 mil euros que não irão ser transferidos para a autarquia. -----

-----Quanto ao IMI disse que a CDU, obviamente, também gostaria de o baixar, mas se baixassem onde é que iam buscar verbas para investir se não vêm do orçamento do estado. Além de que a taxa do IMI no concelho de Sesimbra está na taxa intermédia, e há concelhos no país com a taxa do IMI mais alta. -----

-----O **Deputado Francisco Cordeiro** disse que vários deputados tinham referido o facto de o país estar mais pobre, e em termos do PCP, não da CDU, não davam meças a ninguém dessa contestação, de passados 3, 4, anos, vinham a evidenciar. -----

-----Depois disse, uma vez que referiram o PEC 4, que do PEC 4 à entrada da Troica, à regressão assinada pelo PS, pelo PPD/PSD, não divergiu muito. Porque quem conhece o PEC 4, sabe perfeitamente que o PEC 4 tem muitas das medidas que contém a intervenção da Troica, que o PCP considera um pacto

Ata nº 4 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

de agressão às famílias, ao povo português, e que fez de facto com que os portugueses estejam mais infelizes. Os portugueses são bons pagadores, mas vivem presentemente com grandes dificuldades para pagar as suas contas, e por vezes têm que deixar para trás as menos prioritárias, mas que não são menos essenciais. E portanto o concelho de Sesimbra não escapa à realidade, à realidade do empobrecimento que o PCP falava antes da entrada da Troica em Portugal. E o FMI nos países onde atuou, não provocou riqueza a ninguém, não resolveu problema nenhum. O problema do país, o problema do concelho de Sesimbra, só se vai resolver com uma justa distribuição da riqueza e com maior produção nacional. -----

-----Referiu que de facto, por imposição legal, a Câmara não pode contratar trabalhadores, e se os trabalhadores se reformam, se fogem do país para a emigração, porque o seu rendimento baixou, e baixou nitidamente, os serviços tendem a piorar, não só, mas também por falta de trabalhadores, e não era por gosto da gestão CDU. Queriam que as coisas avançassem, que se fizessem cada vez com mais qualidade e com maior apreciação por parte dos munícipes. Isto para dizer que os trabalhadores da Câmara, para relacionar com o orçamento que estavam a debater, cujo vencimento base é acima dos 700 euros, já perderam quase 4 ordenados de 2011 para cá. Foram retirados subsídios, abonos, redução do trabalho extraordinário, o subsídio de Natal retirado em 2012, e tudo isso deu sensivelmente uma baixa de 4 ordenados, mesmo não sendo ordenados muito altos. -----

-----Indicou, que desde 2005 que as progressões estão congeladas, e se não estão congeladas na Câmara Municipal de Sesimbra com a gestão CDU, foi porque em 2008, 2009 e 2010, foi permitido fazer a opção gestonária aos trabalhadores que estavam em condições de progredir. Foi a única forma de progressão dos trabalhadores, porque o Estado, o Governo do Eng.º José Sócrates, proibiu as progressões dos trabalhadores. E estavam também a falar de trabalhadores que desde essa altura estão a ganhar o ordenado mínimo, portanto de 2005 a 2015 são 10 anos que não progrediram. Portanto os trabalhadores da Câmara Municipal estão a dar muito do seu esforço ao presente orçamento. Mas se ainda fosse um esforço em prol do município, mas não, é um esforço que vai direitinho para os cofres do Governo. Deviam ter em conta que estavam a captar dinheiro da população, através do IMI e de outros impostos diretos, mas estavam, de certa forma, a enviá-lo para o Estado. E todas estas coisas, e este pacto que o PCP considera um pacto de agressão às famílias, estavam a revelar-se numa perda de direitos dos

Ata nº 4 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

trabalhadores e das populações. E embora o concelho de Sesimbra seja uma gota de água no país, estava também a sofrer com tudo isto. Portanto consideravam que era um ato de bastante coragem e de bastante esforço, as autarquias fazerem orçamentos presentemente de forma a cumprir todas as missões e todas as necessidades dos munícipes. -----

-----Não havendo mais deputados para intervir, a **Presidente da Assembleia Municipal** cedeu a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal**. -----

-----O Presidente da Câmara citou que depois de ouvir as intervenções das diversas bancadas, registava com agrado que praticamente todas reconheceram, no que diz respeito às previsões do orçamento e às próprias propostas do Plano, que era difícil fazer melhor. O que vindo das bancadas que estão na oposição não deixava de ser um elogio que registava. -----

-----Quanto à intervenção do Movimento Sesimbra Unida (MSU), disse que na prática só poderia ser surpresa para quem ali estava, porque se tinha dispensado na intervenção inicial de fazer a mesma apresentação que tinha feito aos Deputados das diversas bancadas. E se o MSU estivesse nessas reuniões, teriam percebido que exatamente nas áreas onde fizeram referência, que a receita será menos credível, foram exatamente as áreas aquelas que nessa altura referiu. Aliás, foi reconhecido pelo Deputado Manuel José Pereira que a diferença principal que havia, tinha a ver com o encaixe da dívida de curto prazo. Porque o orçamento de uma Câmara é diferente do orçamento de uma empresa, e tem que encaixar praticamente toda a dívida de curto prazo, e como tal, tinham que incluir receitas suficientes para pagar essa dívida. Ainda que seja difícil ter como objetivo, porque seria o tal orçamento idílico, conseguir essas receitas todas e chegar ao fim de 2014 sem dívida de curto prazo. -----

-----Quanto aos comentários que foram feitos, disse que continuava a achar que para além das 3 áreas referidas, que são receitas estáveis, também os valores do IMT e do IMI são valores credíveis, porque este ano iam atingir uma receita de IMI de cerca de 10,3 milhões de euros. Tinham recebido já a última *tranche* das Finanças, que ficou aquém do valor da previsão que as finanças tinha enviado à Câmara, cerca de 700 mil euros, da parte do IMI. E tinham documentos fornecidos pelas Finanças que dizem que a dívida total no concelho de Sesimbra, em outubro, era de 2,4 milhões de euros e que, naturalmente, a repartição de Finanças procurará receber por via de execuções fiscais. Portanto havia uma expectativa legítima de se

Ata nº 4 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

poder arrecadar uma parte dessa dívida durante o ano de 2014. E se em 2013 a Câmara arrecadou 10,3 milhões de euros, em 2014 era provável, mantendo-se a taxa do IMI, que houvesse um aumento da receita por via da incorporação dos prédios que estão isentos e por via dos prédios que foram objeto de atualização do valor patrimonial. Portanto era provável que houvesse um aumento global da receita do IMI ainda em 2015, mesmo mantendo-se as taxas, e quando faziam uma projeção de 12,6, tendo em conta todos estes dados, parecia-lhes absolutamente credível. -----

-----Indicou que as áreas nas quais podia haver dúvidas, quanto à real capacidade de arrecadação de receitas, era nos loteamentos e obras e nas vendas de património. E já tinham referido na reunião com as diversas forças políticas e na reunião das Comissões, que não tinham garantidas essas receitas, embora tecnicamente fossem sustentáveis, quer porque as dívidas à Câmara de loteamentos e obras são superiores ao montante referido naquele documento, quer porque existe património na posse da Câmara que pode ser alienado em valor superior também referido. Mas não iam alinear património de qualquer maneira, preferiam continuar a ter no final do ano uma dívida de curto prazo, do que alienar património para pagar a dívida toda, o que seria até um contrassenso. Porque uma dívida de curto prazo na ordem dos 5,6,7, milhões de euros, é perfeitamente sustentável, era a média que a Câmara teve em anos anteriores.--

-----Portanto entendiam que o presente orçamento é um orçamento realista, tendo em conta que o objetivo não era chegar ao final de 2014 com a dívida de curto prazo toda paga. O principal objetivo da Câmara era chegar ao final de 2014 com uma dívida de curto prazo menor que aquela que tem em 2013. No mínimo, chegar ao final de 2014 com uma dívida de curto prazo de cerca de 9 milhões de euros, portanto 1 milhão abaixo, indo de encontro ao que a Lei do Orçamento obriga, uma redução de 10%. E se as receitas se projetassem mais do que os números que estavam ali apresentados, provavelmente conseguiriam fazê-lo. O que nunca conseguiriam fazer era se reduzissem a taxa do IMI. Portanto não conseguia perceber como é que algumas bancadas queriam “sol na eira e chuva no nabal”. Ou seja, queriam que a Câmara desse mais dinheiro para a ação social, que pagasse mais valor da dívida, mas depois queriam cortar numa das poucas receitas que são credíveis e possíveis de obter. Não sabia fazer isso, e achava que ninguém sabia embora gostassem de falar. -----

-----Depois disse ao PS que não era verdade, que o presente orçamento fosse um orçamento sem

Ata nº 4 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

investimento. Porque um orçamento com treze milhões e tal de investimento, era um orçamento com investimento. Obviamente que era um investimento essencialmente para concluir obras que estavam em curso, mas ainda assim com um valor significativo e com 3, ou 4, obras previstas, para além das obras de pavimentações e que têm algum significado no orçamento de 2014. Em 2012 o investimento previsto foi de 19 milhões de euros, pensava que nem sequer era uma descida assim tão grande. Portanto não percebia o Deputado Manuel José Pereira, quando dizia que era o orçamento com menos investimento nos últimos 20 anos. Aconselhava-o que fosse ver as últimas estatísticas para ver quantos orçamentos de 13 milhões de euros encontrava. -----

-----Relativamente ao dinheiro dos Fundos Comunitários virem em 2014, disse que era essa a expectativa da Câmara. As obras que estavam em curso tinham um cenário de conclusão para o 1º. Semestre de 2014, as de saneamento e as da Fortaleza de Santiago. E outras obras, que até estarão concluídas, mas que terão execução orçamental em 2014. Portanto admitiam que até ao final do ano, haverá tempo de receber essas transferências dos Fundos Comunitários. E era isso que estava contemplado no lado das receitas. -----

-----Quanto ao concelho estar mais pobre, disse que era óbvio que o concelho está mais pobre, as empresas do concelho estão mais pobres, ninguém contestava isso. Agora extrapolar daqui que o concelho está mais pobre, que as ruas estão sujas, estão esburacadas, por ação da Câmara, ou que a Câmara não conseguiu contrariar a tendência para o concelho estar pobre, não podia subscrever minimamente essa tese. Aquilo que deviam dizer era que por via da ação da Câmara, o concelho apesar de tudo apresenta sinais de vitalidade, de dinamismo, que dificilmente seria possível se não fosse a ação da Câmara nestes últimos anos. Mas se seguissem a estratégia do PS de fazer contenção, de deixar de fazer alguns investimentos, as empresas que estão a trabalhar para a Câmara deixariam de estar, e estariam essas empresas mais pobres e o concelho mais pobre. Felizmente tinham conseguido levar as obras até ao fim, iam ser concretizadas, e iam ter uma taxa de execução do quadro comunitário de apoio muito boa. Tinha conseguido fazer neste último mandato aquilo que nunca foi feito, uma taxa de captação de fundos comunitários e uma taxa de execução dos fundos comunitários. E isto pedia meças a qualquer executivo em períodos anteriores, até mesmo ao executivo do PS.-----

Ata nº 4 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Referiu que de facto a limpeza das ruas, o tratamento do lixo, a conservação dos espaços verdes, não é tão eficaz presentemente como no primeiro mandato da CDU, mas ninguém conseguia fazer milagres. Estavam a 11 dias do final de 2013 e a Câmara tinha 848 trabalhadores. Em 2005 no final dos mandatos do PS, a Câmara tinha 847 trabalhadores, basicamente o mesmo número, mas entretanto a população do concelho cresceu. Os censos de 2001 indicavam 37 mil habitantes, os censos de 2011 indicavam 50 mil habitantes, um crescimento de 13 mil habitantes. Portanto, o rácio de trabalhadores por habitante baixou drasticamente, já para não falar num conjunto de novas funções, que aumentaram significativamente, algumas até por via de investimento feito nos mandatos do PS. Infelizmente não foi acompanhado pelo aumento de trabalhadores, que nas áreas operacionais é de facto o ponto fraco da Câmara. E deviam ter a noção que a Câmara Municipal de Sesimbra, não tem empresas municipais, não concessionou serviços, todos os trabalhos são feitos por administração direta, ou por prestação de serviço, no caso de obras e empreitadas, mas no que diz respeito aos serviços urbanos é tudo feito pelos trabalhadores da Câmara. Portanto tinha que haver alguma degradação, e desafiava quem conseguisse fazer melhor sem poder contratar pessoal. -----

-----Quanto à questão que convinha baixar a taxa do IMI, salientou que já tinha argumentado que não sabia fazer isso. E logo quando essa conclusão vinha do PS, que nos seus mandatos nunca baixou a taxa do IMI e que teve a taxa sempre no máximo. E não valia a pena dizer agora que nessa altura não havia problemas sociais, porque estavam a falar de uma altura em que as pessoas tinham casas recém-compradas e pagavam um valor mais alto do que aquele que pagam hoje. Porque a reavaliação até foi favorável para as pessoas que tinham casas recentes, já foi desfavorável para as pessoas com casas mais antigas e que viram o seu IMI agravado. -----

-----Em relação à Câmara seguir a política do Governo, no que diz respeito ao pagamento dos impostos locais, referiu que é evidente que a Câmara procurou equilibrar as suas receitas, e na sua opinião tinha sido uma política acertada. E não era por acaso, que todos tinham sido unânimes que ao nível das receitas correntes aquela proposta era bastante credível. Porque sabiam que a previsão dos serviços urbanos, ao nível dos impostos locais, é uma previsão realista. Mas isso não era possível se não tivessem atualizado os tarifários dos serviços urbanos. A verdade é que quando a CDU chegou à Câmara, em 2005, a nível dos

Ata nº 4 – Mandato 2013-2017





## Assembleia Municipal de Sesimbra

serviços urbanos as receitas eram bem mais generosas. A receita dos loteamentos e obras, por exemplo, permitia de alguma forma colmatar o défice que o serviço tinha. Havia a possibilidade de transferir receitas de um lado para colmatar o défice do outro, mas era um mecanismo insustentável, um bocado como aquilo que o PS fez no Governo e que levou à situação a que chegámos nestes últimos anos. E portanto foi preciso pôr um travão nessa situação, que naturalmente teve custos para todos. Mas tinham-no feito com preocupações sociais, e foi criaram tarifários sociais para as pessoas mais desfavorecidas. -----

-----Informou, quanto ao Estádio da Vila Amália, que a Câmara tinha enviado um ofício no sentido de pedir a reversão do terreno diretamente à própria empresa. Estavam a aguardar resposta. E já tinha havido também um contacto do gabinete jurídico nesse sentido. -----

-----Quanto ao PS dizer que era necessário fazer mais pavimentações no concelho e que o PS faria melhor, disse que se o PS tivesse ganho as eleições teria a oportunidade de fazer melhor, mas não foi essa a vontade da população. A Câmara tem um programa, que não é apenas para este ano, que vai ser feito num período mais alargado, havendo expectativa, se as receitas existirem, de recuperar substancialmente a rede viária do concelho. Aliás, uma parte dessas obras vai ser feita, no caso das estradas que foram estragadas pelas obras de saneamento, no âmbito das empreitadas das próprias obras de saneamento. Estradas que não têm a ver com as obras de saneamento, que estão em mau estado, que têm que ser recuperadas, podem demorar mais algum tempo, porque é preciso fazer planeamento dessas obras em função das receitas disponíveis. Portanto iam planeá-las para o período do mandato e iam de certeza procurar fazê-lo de forma a chegar o mais possível a toda a gente. -----

-----Quanto a não ter referido o Casal do Sapo, disse que não tinha referido porque não era investimento da Câmara Municipal, eram obras financiadas pelas próprias AUGI – Áreas Urbanas de Génese Ilegal. No entanto também não tinha mencionado uma verba de 500 mil euros, que estava naquele orçamento para arrancar com a 1ª. fase do loteamento municipal da Ribeira do Marchante, e que também era um investimento na Quinta do Conde. -----

-----Relativamente ao PSD dizer que se devia rever a política de compras e conter a dívida, citou que a Câmara tem vindo a rever a política de compras numa série de aspetos. E se não faziam mais era porque para ter uma política de compras mais agressiva, era preciso ter uma boa saúde financeira. Era preciso

Ata nº 4 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

pagar a tempo e horas, chegar lá e pagar, mas era difícil fazer melhor sem ter liquidez adequada. E não deviam esquecer, que havia aspetos legais que têm que ser cumpridos, e que na administração pública são mais complexos que quando se trata de particulares. No entanto era sempre possível melhorar e as sugestões eram sempre bem-vindas. -----

-----Quanto às questões do Turismo informou que Sesimbra não ia ter um pavilhão próprio na Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL), mas estava previsto um pavilhão com uma área muito maior, da entidade Regional de Turismo de Lisboa, de cuja direção era secretário, em que cada município poderá ter o seu próprio espaço. Havia uma visão mais integrada de promoção do conjunto da Área Metropolitana de Lisboa (AML) das suas vertentes turísticas. Portanto Sesimbra ia estar na BTL com menos custos para a autarquia e muito associado também ao Turismo de Lisboa. E era bom que tivessem a noção que as dormidas turísticas na Península de Setúbal representam 8% do total das dormidas AML, e Sesimbra é uma parte desses 8%, e nem sequer é o concelho com mais dormidas. -----

-----Quanto a chamarem os agentes económicos locais a participar, informou que já tinha havido uma reunião no Turifórum e existe uma dinâmica redobrada por parte do envolvimento das pessoas. Mas uma coisa é chamar os agentes económicos para participarem e darem ideias, outra coisa é chamar para participarem financeiramente. E se chamassem alguém para comparticipar no fogo-de-artifício, ou nas iluminações de Natal, ninguém se chegava à frente, esta era a realidade. Mas tinham o Plano Estratégico de Turismo e estavam a procurar implementá-lo. E sabiam que a entidade regional de turismo vai desenvolver um plano de turismo para o conjunto da região. Porque havia o reconhecimento da entidade de que a Península de Setúbal era uma das grandes frentes de projeção do turismo no conjunto da Área Metropolitana de Lisboa, porque tem um conjunto de produtos que o resto da região não tem e é importante que os turistas que vêm a Lisboa possam vir a outras áreas fora da cidade de Lisboa. -----

-----Em relação à Feira Festa referiu que a Câmara não podia ter colocado um valor superior, mas é sempre possível trabalhar no sentido de dar outro dinamismo a este certame. Não sabiam se seria com a contratação, porque não seria com aquele valor que iriam contratar os tais artistas de renome, se calhar teria que ser de outra forma. Mas haveria com certeza a possibilidade de melhorar, embora a sugestão de contratar artistas seja mais complicada, a não ser que venha a sugestão com o envelope financeiro atrás. --

Ata nº 4 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Quanto à questão dos seguros informou que Câmara Municipal tinha adjudicado, há 15 dias atrás, um novo pacote de seguros. -----

-----Em relação ao Bloco de Esquerda dizer que não há um plano consertado de emergência social, disse que um plano de emergência social é da responsabilidade do Governo, a Câmara tem competências muito reduzidas na área da ação social. Mas tem um conselho local de ação social, tem um conjunto de investimentos significativos, que não sendo muito significativos no ponto de vista financeiro, têm grande impacto local junto das comunidades. Já tinha sido referido por alguns deputados aquilo que a Câmara faz na área da ação social escolar, só queria acrescentar que dos 500 mil euros para refeições escolares, uma parte dessa despesa não tem qualquer retorno, porque uma parte os pais pagam, outra é totalmente a fundo perdido. No entanto foi deliberado recentemente pela Câmara, um cabaz especial para o período de Natal, porque há crianças que moram perto dos refeitórios e nas pausas letivas vão lá comer, mas há cerca de 170 crianças que moram longe, que não têm meios de transporte, e recebem um pequeno cabaz. -----

-----Foi cedida a palavra à **Vereadora Felícia Costa** que disse que para além do que foi dito pelo Sr. Presidente e pelo Deputado Rui João, que não ia repetir o investimento que a Câmara faz ao nível das escolas e dos transportes. Mas como foi referido que, de há 10 anos para cá, de 2 salas de jardim-de-infância passaram para 24, queria adicionar que quando chegaram à Câmara há 10 anos não havia um único refeitório escolar. Hoje não há nenhuma escola que não tenha refeitório escolar. E isso é ação social escolar, sobretudo quando mais de 40% das crianças estão a comer sem pagar qualquer dinheiro, mesmo nas pausas letivas. -----

-----Referiu que ficava um pouco perplexa quando ouvia falar num plano de emergência social, mas nenhum dos deputados tinha conseguido explicar o que é que entendem como plano de emergência social. E, como o Sr. Presidente disse, não era uma competência da Câmara, as Câmaras têm competências delegadas num conjunto de matérias na parte da ação social, que são muito poucas, e sem qualquer transferência do orçamento de estado. E aquilo que faziam, faziam-no de um modo próprio, conforme era o seu entendimento e segundo os seus recursos, que na maior parte dos casos nem passa de assistencialismo. Efetivamente até podiam ter alguma ação, como têm algumas Câmaras, de pagar a renda da casa aos munícipes mais carenciados, mas isso não é uma verdadeira estrutura de apoio social. -----

Ata nº 4 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Tinham entendido que era necessário apoiar socialmente os munícipes muito antes de haver as cifras negras em relação ao desemprego e em relação à crise, não tinham entendido que deviam apoiar socialmente os munícipes a partir de 2008 quando se começou a falar da crise. E a Sr<sup>a</sup>. Deputada tinha razão quando dizia que as medidas não são novas, não são novas porque a Câmara antecipou-se alguns anos àquilo que era a necessidade de intervenção social. Porque as políticas da Câmara Municipal de Sesimbra são consolidadas, são sustentadas. E para além do apoio na alimentação, no apoio às instituições, na distribuição de livros escolares, todos os anos em setembro, através do projeto “Roda dos Livro”, das lojas solidárias que fazem o apoio da roupa, calçado, etc. -----

-----Citou que a Câmara fazia ainda uma verdadeira intervenção social, que não era visível no orçamento, que era qualificar os jovens do concelho, qualificar a população que ativa, mas sobretudo a que está desempregada e à procura do trabalho, e obviamente que isso é uma política social. Ao nível da construção de habitação social, e o apoio na recuperação da habitação para as pessoas que não têm recursos e que têm as casas a precisarem de ser reparadas, também era uma política social. Pensava que os deputados falam de um plano de emergência social porque é politicamente correto falar disso. Na perspetiva da Câmara, e na sua perspetiva também, Sesimbra tem uma política social consolidada, que vai muito para além do mero assistencialismo, e que no fundo se pode traduzir em tudo o que os planos e orçamentos têm, a requalificação do território, a qualificação das pessoas, e a possibilidade de dotar o concelho de muitos mais motivos de atração, para que não seja um concelho a morrer mas sim a crescer. --

-----Terminados os esclarecimentos por parte da Câmara Municipal, a **Presidente da Assembleia Municipal** cedeu a palavra aos Deputados. -----

-----O **Deputado Miguel Bastos** disse que queria manifestar a sua discordância por alguns aspetos e pela forma do presente debate, porque não valia a pena transformarem a presente sessão numa sessão de propaganda da CDU. Na realidade quem ouvisse algumas das críticas que foram feitas, parecia que a oposição se colocou numa posição de destruição completa do plano e orçamento da Câmara Municipal de Sesimbra, o que verdadeiramente não aconteceu. De um modo geral todas as bancadas manifestaram a aceitação do plano e orçamento, como uma situação normal, inevitável, um documento equilibrado, evidentemente que se cada um dos presentes fosse poder, poderia ter opções diferentes. Desgostava-o a

Ata nº 4 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

forma facciosa com que alguns elementos das bancadas tomam a peito guerras e lutas, muitas vezes de uma forma desproporcional em relação à realidade política do concelho. Na realidade durante 40 anos foi-se construindo o concelho, obviamente com avanços e recuos. Houve o reinado do Ezequiel Lino que teve as suas vantagens, mas também teve os seus erros. Houve a governação do Amadeu Penim que também teve as suas vantagens e teve os seus erros. E cada um deles “pagou” com o voto popular, o fruto da sua ação. Agora, dizerem que o Ezequiel fez tudo bem, ou fez tudo mal, era pura demagogia. Dizerem que o Amadeu fez tudo bem, ou fez tudo mal, era pura demagogia. Portanto o apelo que fazia a todos, era que quando intervissem procurassem ter o equilíbrio da análise política e da seriedade. Porque se não iam continuar a dar razão à população do concelho de Sesimbra e do País, que cada vez os colocava mais numa situação de desprestígio, quer aos políticos, quer aos partidos políticos. -----

-----O **Deputado João Rodrigues** disse que a sua experiência nunca foi no âmbito das Câmaras e das autarquias, e na sua opinião, partindo de uma série de princípios, tinham que respeitar o orçamento. Compreendia que existe uma série de fatores que condicionam a elaboração do orçamento da Câmara, e esta realidade com que todas as Câmaras se confrontam. O Sr. Presidente da Câmara tinha referido que há verbas que são necessárias incluir para fazer face a algumas coisas que não constavam, e aquilo que propunha aos presentes integrados nos grupos políticos, CDU, PS, PSD e BE, e que têm alguma influência no Governo, que possam veicular informação que possa alterar estas coisas. Compreendia a dificuldade dos presidentes das Câmaras que se confrontam com esta realidade, mas achava mal os valores não serem reais, seja no presente orçamento, ou sejam noutros. E o Movimento Sesimbra Unida estava disposto para acompanhar, para apoiar, qualquer partido com assento na Assembleia Municipal de Sesimbra, para se tentar alterar estas exigências na feitura dos orçamentos, porque assi não fazia sentido. -----

-----A **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Presidente da Câmara** que disse que a proposta do Deputado João Rodrigues ia no sentido que a Assembleia da República legisle uma proposta de alteração e que cabia aos partidos que têm maioria fazer essa proposta. De qualquer forma o que achava que deve ser tido em consideração, no posicionamento das bancadas numa votação destas, era se o valor que consideravam que estava empolado se encaixava, ou não encaixava, o valor da própria dívida de curto prazo. Por exemplo, a Câmara Municipal de Sesimbra tem uma dívida de curto prazo, no final de 2013,

Ata nº 4 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

estimada em 10 milhões de euros, supondo que as previsões orçamentais ali apresentadas nas receitas, tinham, na opinião dos deputados, 20 milhões acima, podiam dizer que mesmo considerando o encaixe da dívida o orçamento estava claramente exagerado, que não tinha qualquer base de suporte e devia ser chumbado. Agora, tendo em conta as condicionantes, a Câmara tinha que o fazer de acordo com a Lei que tinha, não havia outra, tinham que fazer aquela base, que era essa a regra para os orçamentos municipais, a dívida tinha que ser encaixada para poder ser paga no ano seguinte. -----

-----Usou da palavra o **Presidente da junta de freguesia do Castelo, Francisco Jesus**, dizendo que também não era apologista de sectarismo nas bancadas, mas essa questão coloca-se de parte a parte. Quando falavam ali que tinham umas tarifas elevadíssimas no âmbito dos serviços urbanos, esqueciam-se de que Sesimbra está num contexto num conjunto de municípios. Na verdade aquilo que tinham em termos de tarifas, não é das mais baixas, mas também não é das mais altas. Tinham um valor intermédio mais baixo do que aquilo que era recomendado ao nível da água, por exemplo, pela Entidade Reguladora de Serviços Energéticos (ERSE), e bastava terem consultado o “Diário de Notícias” da semana anterior, estava lá o relatório para o País todo. -----

-----Também o alarmismo que se colocava ali, não deixava de ser algum sectarismo que se tenta pôr nas pessoas, que também é reflexo, na sua opinião, do afastamento das pessoas daquilo que são as práticas de cidadania e as práticas políticas. Porque quando diziam que precisavam de um fundo de emergência social, quando diziam que o concelho tem uma série de pessoas no desemprego e que a Câmara Municipal até contribuiu com a dívida de curto, não se deviam esquecer, e não estavam a fazer disso uma bandeira, que o concelho de Sesimbra tem uma taxa de desemprego muito inferior à taxa de desemprego nacional, aliás, inferior à média da Península de Setúbal, presentemente o concelho de Sesimbra tem 2741 desempregados registados. -----

-----Disse que queria dar um exemplo de uma prática política, que achava que esta sim era sectarismo e não devia ser seguida. No ano passado as freguesias do país perderem 5% do Fundo de Financiamento de Freguesias, e houve um partido que não está representado na Assembleia Municipal de Sesimbra, mas que já esteve, que fez uma proposta global a todas as freguesias de Lisboa, de criar um Fundo de Emergência Social com 5% do Fundo de Financiamento de Freguesias que era transferido. Portanto, o mesmo partido

Ata nº 4 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

que vota uma diminuição de 5%, vai deliberar que as freguesias com o fundo de financiamento já reduzido apliquem no fundo de emergência social. -----

----- Quanto à questão do IMI, disse que não sabia se o município irá conseguir arrecadar o montante referido, porque achava que está ligeiramente inflacionado relativamente ao ano de 2013, mas também convinha não esquecer duas coisas. Primeiro, existem os prédios não avaliados e os prédios já avaliados no âmbito do CIMI, cerca de 4 milhões e 800 mil euros, de valor patrimonial isento, dados do final de 2012. E também convinha não esquecer que há alguns prédios na área do município, e ainda bem, propriedades de fundos imobiliários que passam a ter uma taxa, embora não seja a 100%, que não estava inicialmente prevista, alguma de alguma receita para o município. E já tinha referido noutras sessões, que a questão do IMI centra-se sobretudo naquilo que é a filosofia da administração central e dos sucessivos governos, de alteração significativa daquilo que é a perspetiva de receita e de financiamento das autarquias locais com base nos impostos locais. O concelho de Sesimbra vai receber este ano cerca de 4 milhões e 600 mil euros das transferências do estado. Em 2010 recebeu 5 milhões e 600 mil euros, portanto menos 1 milhão de euros que há 4 anos atrás. Em 2004, recebeu 4 milhões e 700 mil euros, ou seja, ainda 100 mil euros a mais do que vai receber 10 anos depois. Numa década que teve um crescimento de mais de 30% de população, que obviamente também teve um crescimento de pessoal, mas que não se reflete comparativamente aos dados de 2004 de despesas com o pessoal em mais de 30% no orçamento, com o aumento sucessivo do IVA nos últimos anos, com o aumento das contribuições para a Caixa Geral de Aposentações, com o aumento de combustíveis, inflações, e o aumento da EDP, perguntava se isto era um exercício demagógico e se era fácil de gerir assim. -----

----- Acrescentou que o concelho de Sesimbra, mesmo que não houvesse os cortes aplicados pelas leis sucessivas do Orçamento de Estado, naquilo que são as transferências provenientes da repartição vertical dos impostos, com uma Lei de Finanças Local má, receberia presentemente, no mínimo, 7 milhões de euros, pelas contas que faziam face àquilo que é o crescimento. E aqui poderiam todos eventualmente dizer, que se poderia diminuir 1 milhão na despesa, poderia certamente retirar 700 mil euros no IMI. Agora o que está a acontecer é que há uma transferência clara, e uma posição clara do Governo de transferir àquilo que é a estrutura financeiro dos municípios para impostos locais. E esta é uma verdade inevitável e

Ata nº 4 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

um problema que todos iriam ter no futuro, e não podiam estar ali a fazer demagogia a debater que a Câmara tem o IMI muito alto. Porque a Câmara não tem o valor do IMI alto, nem baixo, tem o valor intermédio, mas se esta situação continuar, provavelmente vai ter que subir para o valor mais alto, seja uma Câmara do PS, seja uma Câmara da CDU, é inevitável. -----

-----Usando da palavra o **Deputado Mendes Dias** referiu que a sua intervenção, sobretudo, tinha a ver com a intervenção do Deputado Miguel Bastos. Tinha sido com prazer, com uma sensação de aprendizagem, que tinha ouvido o Deputado, com a experiência que lhe é reconhecida, e com a isenção que lhe é reconhecida, falar da forma como falou e fazer o apelo que fez. No entanto, o apelo que fez em termos da presente assembleia também se devia estender, não só quando estavam a discutir questões dos municípios, mas também, quando levavam as discussões para outros fóruns, e que tinham a ver com o Governo do país. A serenidade e a capacidade de análise e de intervenção não os devia limitar apenas ao seu território, mas também quando se faz a análise da governação no passado e do atual. Porque como também tinha sido dito, quando se faz comete-se erros, tanto a nível do município como a nível do governo. E quem está a fazer tem sempre o ónus de fazer menos bem, e com certeza não é intenção de nenhum governante, de nenhum Presidente de Câmara, de fazer mal, de executar mal o seu plano, o seu programa. As circunstâncias por vezes é que permitem que se faça aquilo que se quer fazer. Portanto subscrevia inteiramente aquilo que foi dito pelo deputado Miguel Bastos e reafirmava que da parte da bancada do PSD, tudo fariam para que mantivessem a discussão e o nível que o deputado pediu. -----

-----A **Presidente da Assembleia Municipal** disse que gostaria de sublinhar, que a Assembleia Municipal de Sesimbra sempre teve esse perfil de cultura democrática, e naturalmente esse perfil de cultura democrática a todos os envolvia e responsabilizava, desde o Presidente da Câmara aos deputados, desde os membros da Mesa aos serviços da própria Assembleia, no sentido da sua isenção, da sua competência e da sua responsabilidade. Portanto, julgava que de facto estavam no bom caminho, no sentido de fazer também do que foi dito, uma pedagogia de cultura política do concelho de Sesimbra. -----

-----Depois passou à votação do ponto **1. Grandes Opções do Plano (PPI e AMR'S) e Orçamento 2014 – Mapa de Pessoal.** -----

-----A Assembleia Municipal de Sesimbra deliberou, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar por





Assembleia Municipal de Sesimbra

maioria, com 13 votos a favor da CDU e 11 abstenções (6 PS + 2 PSD + 2 MSU + 1BE) as **Grandes Opções do Plano (PPI e AMR'S) e Orçamento'2014 – Mapa de Pessoal.**-----

-----A **Presidente da Assembleia** questionou os Deputados se tinham Declarações de Voto a apresentar. -----

-----O **Deputado Joaquim Mendes Dias** (PSD) indicou que iam enviar à Assembleia Municipal a Declaração de Voto, a qual foi enviada no dia seguinte à Assembleia e aqui se transcreve: -----

-----“O Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2014 apresentados pelo executivo camarário, ficam associados às restrições e imposições impostas pelo financiamento indispensável que o Governo disponibilizou às autarquias, através do PAEL. -----

-----Assim e no âmbito das receitas correntes, prevê o executivo receber 44.702 Mil €, sendo a proveniência mais significativa aquela que resulta dos impostos diretos, (pretendemos **alertar o executivo de que o valor previsto dos impostos diretos praticamente vai para a rubrica de despesas com o pessoal**). -----

-----Referente a taxas e multas prevê o executivo arrecadar 6.551 Mil €, valor empolado e reconhecido pelo executivo, para fazer face à dívida de curto prazo.-----

-----Também queremos salientar que temos este ano de transferências correntes, (**falamos do Orçamento de Estado**) menos 200 Mil € e esperando não haver mais surpresas.-----

-----No âmbito das receitas de capital estão previstos 10.110 Mil €, sendo a fatia mais significativa aquela que provem de venda de bens de investimento. -----

-----Quanto às despesas correntes prevê o executivo da CMS gastar 37.398 Mil €, sendo as rubricas despesas com o pessoal perto dos 18 Milhões e aquisição de bens e serviços 16 Milhões, sendo estas as rubricas que mais pesam. -----

-----Sobre estas aquisições de bens e serviços é nosso entender que o executivo deverá rever a sua política de compras. (**estaremos disponíveis para contribuir com sugestões.**)-----

-----Em relação às despesas de capital estas cifram-se em 17.424 Mil € tendo como valor mais significativo aquisição de bens de capital. -----

-----Quanto a dívida global da CMS e após a intervenção do PAEL, prevê o executivo da CMS, que esta vai cifrar-se nos 10 Milhões de € de Curto Prazo e de 23 Milhões € a médio e longo Prazo. -----

Ata nº 4 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Referente ao investimento prevê a CMS investir perto dos 14 Milhões de € e visa as 3 Freguesias, sendo a Freguesia do Castelo aquela que levará a maior fatia desse investimento resultado das obras de saneamento básico que está a ser efetuado.-----

-----Chegados aqui pretendem os deputados do PSD, alertarem o executivo, que temos que continuar a conter a dívida global, esta hoje representa praticamente 70 % do valor previsto arrecadar em 2013.-----

-----Pretendemos aqui deixar bem claro e sem equívocos a nossa concordância com os valores que estão afetos à Educação e Ação Social, os possíveis se tivermos em conta a situação financeira da CMS.-----

-----Por último alertar o executivo que este orçamento contempla receitas baseadas em três fatores que dependem diretamente da situação financeira das famílias.-----

-----Ou sejam a recuperação de dívidas de terceiros, os impostos Municipais IMI e IMT e o desenvolvimento das AUGIS.-----

-----Assim, quanto ao Orçamento julgamos ter sido claros e percetíveis na análise que fizemos dos documentos postos à disposição dos deputados da Assembleia Municipal.-----

-----Se em relação ao orçamento estamos perto de acordo, quanto as GOP'S para nós PSD mesmo sabendo de todas as restrições, julgamos que deveríamos ter outra atitude e em conjunto ir mais além, nós assim o faríamos.-----

-----Pelo exposto não podem os deputados do PSD na Assembleia Municipal de Sesimbra, votar favoravelmente estes documentos pelo que o seu voto de abstenção, será uma prova de disponibilidade para o futuro".-----

-----Também a **Deputada Sandra Cunha** (BE) informou que ia enviar a sua **Declaração de Voto**, que foi rececionada no dia seguinte e aqui se reproduz:-----

-----“Dizem-nos que 2014 será o ano da retoma económica. Que tudo vai melhorar. O desemprego diminuirá, os mercados confiarão, a economia recuperará. Mas já ouvimos esta conversa várias vezes. Na realidade, terminamos 2013 com níveis de desemprego altíssimos, com uma dívida que nos querem fazer crer pública, impagável apesar de toda a austeridade, com cada vez mais emigração (atingimos em 2012 um novo recorde de emigração e tudo indica que 2013 tenha sido pior), com piores indicadores de saúde, com cada vez menos nascimentos, consequência das vidas instáveis, da precariedade, da falta de esperança

Ata nº 4 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*num futuro melhor. Entramos em 2014 com a promessa de mais cortes, mais impostos, mais austeridade, mais miséria. -----*

*-----Sesimbra não escapa a este cenário. Os níveis de abstenção nas últimas eleições (os mais altos a nível nacional) revelam a descrença e desilusão da população na capacidade do sistema político em melhorar as condições de vida e restabelecer direitos básicos que constantemente lhes são sonogados pela fúria austeritária do Governo PSD/CDS. -----*

*-----Temos consciência que as autarquias não têm escapado à cegueira dos cortes, mas acreditamos também que sendo os órgãos mais próximos das populações, são os que melhor se posicionam para apresentar respostas e medidas eficazes no alívio das dificuldades que todos atravessamos. -----*

*-----O orçamento e plano da CMS são alguns dos instrumentos que devem estar totalmente ao dispor da melhoria de vida das nossas populações. -----*

*-----Numa altura em que tantas famílias se debatem entre as malhas de uma austeridade tão gravosa, que as sufoca e lhes retira o sustento e a dignidade, uma autarquia, não se pode arredar da tentativa de alívio a estas situações tão dramáticas. -----*

*-----O orçamento aqui apresentado para o ano de 2014 não reflete sequer, na perspetiva do Bloco de Esquerda, um esboço de plano concertado no que respeita a uma política de emergência social. Apresenta algumas medidas avulsas na área da ação social, a maior parte aliás, já decorrentes de anos anteriores. Ainda que a ação social não seja responsabilidade direta das autarquias, o apoio social aos munícipes pode marcar a diferença entre uma autarquia governada à esquerda e as atuais políticas de austeridade do Governo PSD-CDS. Pode marcar sobretudo a diferença na vida e sobrevivência de tantas famílias. -----*

*-----Não se contempla igualmente, neste orçamento, o alívio da carga fiscal dos munícipes que poderia ser conseguida pela via da redução das taxas de IMI como aliás, já foi proposto pelo Bloco de Esquerda. Ao invés, a Câmara Municipal de Sesimbra, opta pela manutenção de uma elevada carga fiscal sobre os munícipes agravando assim as dificuldades com que se deparam e que todos sabemos, se irão agravar ao longo do próximo ano. A reavaliação dos imóveis, ocorrida no ano anterior, fez disparar os custos, para as famílias, com o imposto municipal sobre imóveis. Uma forma de aliviar esse aumento numa altura tão crítica seria precisamente a redução das taxas de IMI. -----*

Ata nº 4 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----O Bloco de Esquerda reconhece neste orçamento a evolução no esforço de adequação à realidade, sobretudo no que respeita à obtenção de receitas provenientes da especulação imobiliária. Reconhece igualmente a realidade do contexto nacional e a necessidade de conceder a este orçamento o benefício da dúvida. Mas considera que perante a responsabilidade de uma Câmara Municipal, este orçamento e plano podia ser mais e melhor. Por estas razões, o Bloco de Esquerda abstém-se nesta votação. -----

-----O **Deputado Manuel José Pereira (PS)** apresentou a seguinte **Declaração de Voto: Grandes Opções do Plano e Orçamento – 2014**-----

-----“O PS começou por afirmar que, embora não reprovando o Orçamento e as GOP apresentadas, estes documentos não são mais que o corolário das políticas seguidas nos últimos anos pela câmara CDU/PSD, cuja ambição de tudo querer fazer, sem suporte financeiro para tal, mais não fez que empobrecer as famílias e as empresas sesimbrenses e deixar as vilas e aldeias do município esburacadas, sujas, tristes e as suas populações sem recursos, com muita gente desempregada e a recorrer às instituições de apoio social e, acima de tudo, sem esperança no futuro. -----

-----Quisemos também lembrar que estas políticas mais pareciam um prolongamento da ação nefasta do governo, ao sobrecarregar os munícipes de impostos, taxas e tarifas, após lhes ter sido sugada uma parcela bem significativa dos seus rendimentos, bem como lhes terem sido retiradas um conjunto de ajudas de âmbito social essenciais para a sua vida e que refletiam o nosso Estado social e solidário que tantos anos e tanto esforço levou a construir. -----

-----Fosse de forma direta, o que não acreditamos, fosse por estratégia política cujas consequências não foram acauteladas, o certo é que estas opções conduziram a economia do concelho a um nível anémico de estagnação, sujeito ao “resgate” do PAEL, cuja saída em termos e tempo aceitáveis não se vislumbra.-----

-----E é também a própria câmara, e os seus trabalhadores, além das populações, a sofrer as consequências diretas da sua política. -----

-----Construíram-se escolas e creches, mas não se pode contratar o pessoal necessário!-----

-----Requalificou-se a Vila de Sesimbra, mas não há capacidade de recolher o lixo e lavar as ruas!-----

-----Fez-se o saneamento da freguesia do Castelo, mas as estradas e as ruas das Aldeias vão ficar por reparar durante meses ou anos! -----

Ata nº 4 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----*Não há recursos para contratar o pessoal sazonal para a época alta!*-----

-----*As dívidas das famílias à câmara são tão mais elevadas quanto mais se aumentam impostos e taxas!*-----

-----*Aprovaram-se projetos e assinaram-se contratos de empreendimentos turísticos e residenciais que estão parados há anos e, provavelmente, nunca serão realizados!*-----

-----*Os nossos jovens, cada vez mais qualificados e preparados para trabalhar, criar, participar, são abandonados à sua própria sorte e, como no País, levados a “emigrar”!*-----

-----*Obviamente que este não é o rumo que o PS daria ao Município.*-----

-----*O PS daria atenção especial à dinamização da economia, no apoio à ruralidade, às pescas e aos jovens, promovia a realização de um Plano de emergência social, definia como prioridade absoluta a recuperação da rede viária degradada, limpava o concelho “de alto a baixo” e, acima de tudo, alterava a política fiscal de forma a responder às dificuldades que os cidadãos e as empresas enfrentam por força do aumento de impostos sentenciado pelo Governo PSD/CDS, nomeadamente, assumindo uma intervenção no IRS, no IMI e na derrama.*-----

-----*Contudo também reconhecemos algumas virtualidades, embora algo forçadas, nestes documentos:*

-----*Desde logo a estimativa de receita que se aproxima um pouco mais da realidade, perspetivando uma melhor taxa de arrecadação no final do exercício.*-----

-----*Mas também um orçamento de despesa mais contido, embora espartilhado pelas opções erradas dos anteriores mandatos da CDU e, em consequência, pela forte parcela relativa a compromissos já assumidos e à correspondente dívida a pagar.*-----

-----*Quanto à preparação do novo quadro comunitário para 2014/2020, entendemos que, podendo ser essa a nossa saída da crise, a explicação dada pela câmara veio ao encontro da nossa expectativa.*-----

-----*Exortamos ainda a câmara a dialogar com a AM e com as instituições locais, a apelar à participação dos munícipes, e a tomar as opções mais adequadas face ao que realmente interessa.*-----

-----*Em relação às matérias da Cidadania, sugerimos que se vá mais além do que apenas fazer o que sempre fizeram, pois assim nada de melhor se poderá esperar.*-----

-----*Apoiámos a opção tomada quanto à criação de um centro de empreendedorismo para os Jovens na*

Ata nº 4 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*antiga escola de Santana, coordenado pelo GAE, a qual vem ao encontro das sugestões do PS, esperando que haja condições para ser um sucesso. -----*

*-----Na área da Saúde saudamos a fixação do objetivo de lutarmos por um concelho saudável. Tem a palavra a nova Vereadora, que sabe que pode contar com todo o nosso apoio.-----*

*-----Na freguesia da Quinta do Conde, um pouco esquecida nestes últimos tempos, concordamos com a prioridade para a zona muito degradada do Casal do Sapo, Fontainhas e Courelas da Brava, bem como com as intervenções previstas para a Ribeira do Marchante, quer na AUGI quer no loteamento municipal para as permutas dos lotes.-----*

*-----A propósito entendemos dever dar uma palavra de louvor à intervenção das várias AUGI, nomeadamente na Lagoa de Albufeira, cujo esforço dos comproprietários permitiu melhorar alguns indicadores de desempenho nos últimos anos. -----*

*-----Face ao exposto, a abstenção do Grupo Municipal do Partido Socialista, acompanhada da presente declaração de voto, não significa condescendência. Entendemos que haverá que dar o benefício da dúvida neste primeiro ano do mandato, dado o contexto nacional e local. Este não é, nem seria, o nosso plano e orçamento, mas reconhecemos que, face às circunstâncias, qualquer outro plano seria difícil.-----*

*-----Os eleitos do PS pautarão o seu comportamento na discussão de todas as matérias, com uma postura responsável, participativa e de crítica construtiva, não deixando de fazer as suas propostas em função do que consideram ser o rumo certo para o município.”-----*

*-----O **Deputado Alain Monteiro (CDU)** apresentou a seguinte **Declaração de Voto:** -----*

*-----“O grupo municipal da CDU votou favoravelmente as grandes opções do plano e o orçamento municipal para o ano de 2014 perante a grande convicção que o mesmo assume um papel fundamental visando a redução da dívida da autarquia e por conseguinte a consolidação orçamental necessária de forma a atingir um nível de endividamento global inferior ao ano de 2013.-----*

*-----Como sabemos, a Câmara Municipal de Sesimbra tem feito nestes últimos dois mandatos, investimentos avultados em todo o concelho e em áreas estratégicas no sentido de garantir uma qualidade de vida de acordo com as expectativas individuais e coletivas. Destacamos obras em áreas como o saneamento, requalificação de espaços públicos, construção de espaços verdes, recuperação do património,*

Ata nº 4 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*habitação social, ação social e educação. Por outro lado, realçamos a grande capacidade da autarquia na captação e concretização de fundos comunitários verdadeiramente imprescindíveis. -----*

*-----Porém, e pese embora este desígnio da recuperação económica, não se fecha o ciclo do investimento e a câmara embora com valores mais baixos do que em anos anteriores, consegue ainda assim garantir o financiamento necessário para fazer face a investimentos na área da ação social, saneamento, requalificação e arranjo de espaço público, prosseguindo assim com a sua missão. -----*

*-----Em sentido oposto e perante mais adversidades resultante das gravosas medidas de austeridade decorrentes do programa de ajustamento impostas pelo governo PSD-CDS também para 2014, destacamos pela negativa o corte das transferências do orçamento de estado que representarão no próximo ano menos de 10% das receitas expectáveis da autarquia. -----*

*-----Contudo, o esforço da autarquia não vai implicar mais sacrifícios aos sesimbrenses pois a câmara municipal optou por não agravar o IMI, mentando os valores na taxa intermedia, prescindindo dessa forma de uma receita própria de 3 milhões de euros. Por outro lado, a autarquia propõe-se manter os valores de 2013 referente às taxas e tarifas da área de urbanismo e baixar as taxas relacionadas com as bancas de mercado e publicidade numa clara demonstração de apoio ao desenvolvimento da economia local. -----*

*-----Em suma, este é um orçamento realista por se aproximar de linhas de receita efetivas realizadas em 2013. Mas é principalmente um orçamento que encontra sustentabilidade técnica e grande suporte patrimonial permitindo à autarquia fazer face aos seus compromissos assegurando também a sua atividade para 2014.” -----*

*-----Seguidamente a **Presidente da Assembleia** deu início ao ponto **2. “Fixação da Taxa Municipal de Direito de Passagem (TMDP) para o ano de 2014”**. -----*

*-----Informou que este assunto tinha sido abordado numa reunião ao nível da Comissão “5”, da qual é Coordenador o Deputado Pedro Mesquita, que tinha solicitado um quadro com informação sobre esta matéria, que o Vereador José Polido entregou e esclareceu. Portanto não lhe parecia que houvesse dúvidas, mas naturalmente dava a palavra ao Coordenador da Comissão. -----*

*-----Tendo sido manifestado pelo Coordenador que não havia necessidade de intervir, a **Presidente da Assembleia** colocou a votação o ponto **2. Fixação da Taxa Municipal de Direito de Passagem (TMDP) para***

Ata nº 4 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

**o ano de 2014”**. -----

-----A Assembleia Municipal **aprovou por unanimidade**, sob proposta da Câmara Municipal, a fixação para o ano de 2014 da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) em 0,25% sobre cada fatura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do Município de Sesimbra, conforme prevê o n.º 2 do art.º 106.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro. -----

-----A **Presidente da Assembleia** deu início ao ponto **3. Regulamento Municipal de Taxas e Cedências Relativas à Administração Urbanística – Alteração**. -----

-----Também sobre esta matéria foi manifestado pelo Coordenador e pelos Deputados não haver necessidade de intervirem, tendo a **Presidente da Assembleia** passado de imediato à votação.-----

-----A Assembleia Municipal **aprovou por unanimidade**, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos da al. b) e g) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a alteração ao art.º43.º do Regulamento de Taxas e Cedências Relativas à Administração Urbanística:-----

-----“ [...]-----

-----Os valores das taxas fixados no presente Regulamento podem ser atualizados no orçamento anual da autarquia de acordo com a taxa de inflação.-----

-----Esta alteração é para vigorar no dia seguinte à sua publicação nos termos da lei.” -----

-----Foi dado início ao ponto **4. Regulamento Municipal de Taxas e Licenças Municipais – Alteração**. ---

-----A **Presidente da Assembleia** cedeu a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal**. Tendo o Presidente da Câmara indicado que na reunião das Comissões tinha esclarecido as questões colocadas, portanto reservava-se para alguma questão que pretendessem naquele dia colocar.-----

-----A **Presidente** deu a palavra aos deputados, mas ninguém desejou intervir, pelo que foi de imediato colocado à votação o ponto **4. Regulamento Municipal de Taxas e Licenças Municipais – Alteração**.

-----A Assembleia Municipal deliberou, **por unanimidade**, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar nos termos da al. b) e g) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, as seguintes alterações ao **Regulamento Municipal de Taxas e Licenças Municipais** ao abrigo da al. ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro: -----

Ata nº 4 – Mandato 2013-2017





## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Encerrado o **“Período da Ordem do Dia”** foi por consenso dispensada a leitura da ata em minuta da presente sessão, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respetiva assinatura. -----

-----Seguidamente, **a Presidente da Assembleia Municipal** declarou encerrada a sessão era uma hora e oito minutos do dia 21 de dezembro de 2013. -----

-----Para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Presidente, pelos Secretários e pelos Membros que o desejarem fazer. -----

Ata nº 4 – Mandato 2013-2017

Assunto: Ata de reunião Assembleia Municipal de Sesimbra

AMS-16/00

Página 49 de 49

